

Noar Brasil Indústria e Comércio S.A
 CNPJ nº 36.197.647/0001-00
 NIRE nº 35300577086

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 Ficam convidados os senhores(a) acionistas a se reunirem no dia 29/04/2022, às 10h, em 1ª convocação, ou na falta do quórum necessário, em 2ª convocação, no mesmo dia, às 10h30, na Av. Álvaro Guimarães, 2502, Bloco B, Sala 02, São Bernardo do Campo/SP para deliberarem sobre as seguintes matérias: **Ordem do dia: Em AGO: 1** – Examinar, discutir e votar nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; e **2** – Eleição dos membros da administração, sendo permitida a reeleição. **Em AGE: 1** – Reforma do Estatuto, com a inclusão de atividades atinentes a tecnologia da informação no objeto social. São Bernardo do Campo, 08/04/2022. **Peter Michael Gottschalk – Diretor.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro		
	2021	2020
Ativo		
Circulante	192.960	187.680
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	189.548	183.701
Imposto a recuperar (Nota 4)	3.412	3.979
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.249	2.067
Depósito judicial (Nota 5)	1.493	1.458
Partes relacionadas	756	609
Total do ativo	195.209	189.747
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	1.665	539
Obrigações tributárias	503	19
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))	1.162	520
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	833	695
Patrimônio líquido (Nota 10)	192.711	188.513
Capital social	180.626	178.548
Reserva de lucros	8.744	8.499
Ajustes de avaliação patrimonial	(146)	(92)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10(c))	3.487	1.558
Total do passivo e patrimônio líquido	195.209	189.747

Demonstrações dos resultados		2021	2020
Despesas operacionais			
Com pessoal - honorários dos conselheiros	(240)	(208)	
Serviços prestados	(619)	(638)	
	(859)	(846)	
Outras despesas operacionais			
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(84)	(74)	
	(943)	(920)	
Resultado financeiro (Nota 7)			
Receitas financeiras	7.997	4.747	
Despesas financeiras	(156)	(693)	
Tributos sobre receitas financeiras	(376)	(225)	
	7.465	3.829	
Lucro antes do imposto de renda			
Imposto de renda (Nota 8)	(6.522)	(2.909)	
	(1.622)	(722)	
Lucro líquido do exercício			
Ações em circulação no final do exercício (Nota 10(a))	2.632.790	2.632.790	
Lucro por lote de ml após do capital social no fim do exercício - R\$	1,86	0,83	

Demonstrações dos fluxos de caixa		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.894	2.187
Ajustes			
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	84	74	
Variações monetárias e cambiais	(218)	(230)	
Variações nos ativos e passivos	-	-	
Partes relacionadas	(113)	(81)	
Fornecedores	-	(4)	
Obrigações tributárias	484	(16)	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		5.847	1.994
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	2.078	5.447	
Dividendos distribuídos	(2.078)	(5.447)	
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos		5.847	1.994
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		183.701	181.707
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		189.548	183.701

Demonstrações dos resultados abrangentes		2021	2020
Lucro líquido do exercício		4.894	2.187
Outro componente do lucro abrangente:			
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	(54)	(139)	
Resultado abrangente		4.840	2.048

Notas explicativas da administração

1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social a atividade preponderante (i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs), em debêntures compromissadas de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada** - O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento em controlada no exterior, esta que apresenta moeda funcional distinta da considerada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e como equivalente de caixa no resultado no exercício em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Imposto de renda e contribuição social** - A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real e reconhecido nas demonstrações financeiras. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista ação ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento de tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Seguranga. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Supremo Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação da tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a ré não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. A administração da Companhia, baseada em seu entendimento e na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver mais riscos com relação à incidência da contribuição social. **(e) Demais passivos circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas** - A distribuição dos dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas** - As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e baseiam-se em considerações razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Quanto às contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração. **(h) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa		2021	2020
Caixa e bancos		21	29
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	130.008	126.287	
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	59.519	57.385	
	189.527	183.672	
	189.548	183.701	

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 50,00% e 99,00% do CDI, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais		Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2019		173.101	8.390	47	-	4.085	185.623
Aumento de capital (Nota 10(a))		5.447	-	-	-	(4.085)	1.362
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))		-	-	(139)	-	-	(139)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.187	-	2.187
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))		-	109	-	(109)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))		-	-	-	(520)	-	(520)
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(1.558)	-	(1.558)
Dividendos adicionais propostos		178.548	8.499	(92)	-	1.558	188.513
Em 31 de dezembro de 2020		2.078	-	-	-	(1.558)	520
Aumento de capital (Nota 10(a))		-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))		-	-	(54)	-	-	(54)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.894	-	4.894
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))		-	245	-	(245)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))		-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(1.162)	-	(1.162)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(3.487)	-	(3.487)
Em 31 de dezembro de 2021		180.626	8.744	(146)	-	3.487	192.711

4. Imposto a recuperar: O saldo de imposto a recuperar, no montante de R\$ 3.412 (2020 - R\$ 3.979), representa o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras.

5. Depósito judicial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R\$ 377, referente ao processo (2005.61.82.023250-5) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu foi a Hocabra Ltda. (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que argui débitos de contribuição social sobre lucros auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R\$ 935 referente ao processo (2009.02.023724-2) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a União exige supostos débitos de imposto de renda retido na fonte. Em maio de 2019 foi proferida sentença extintiva do Execução Fiscal em razão do cancelamento de parte dos débitos e da conversão em renda de parte desse depósito judicial em montante suficiente para satisfazer a dívida remanescente, sendo devolvido à Neslip o valor atualizado de R\$ 792 (principal de R\$ 510). O processo ainda possui uma aplicação pendente de julgamento que trata de discussão relativa apenas à questão dos honorários de sucumbência, no valor principal de R\$ 425. Referidos processos ainda estão em fase de tramitação e estão atualizados pela taxa Selic, ao final de ambos exercícios. A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica esses processos como uma contingência com risco de perda possível.

6. Investimento em controlada
(a) Informações sobre o investimento - Sanil S.A. (em 31 de dezembro):

	2021	2020
Percentual de Participação	100%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(833)	(695)
Prejuízo do exercício	(84)	(74)

(b) Movimentação do investimento
 Saldo em 31 de dezembro de 2019 (482)
 Variação cambial sobre investimento no exterior (139)
 Provisão para passivo a descoberto (74)
 Saldo em 31 de dezembro de 2020 (695)
 Variação cambial sobre investimento no exterior (54)
 Provisão para passivo a descoberto (84)
 Saldo em 31 de dezembro de 2021 (833)

(c) Outras informações relevantes sobre o investimento - A Sanil S.A. é uma sociedade anônima, estabelecida no Uruguai, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 1992. Sua finalidade é desenvolver todos os tipos de atividades de investimento e/ou posse de qualquer classe de títulos no exterior. O patrimônio líquido da controlada, face a mesma estar sediada no exterior, foi convertido para moeda nacional às taxas de câmbio vigentes em cada uma das datas-base acima apresentadas das demonstrações financeiras. O resultado de provisão para passivo a descoberto compreende apenas a participação da Companhia nos resultados dessa sua controlada, registrado como "Receita (despesa) operacional" nas contas da Companhia. Ainda, os efeitos das variações cambiais de cada exercício foram registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Resultado financeiro		2021	2020
Receitas financeiras de depósitos bancários	7.779	4.517	
Receitas monetárias e ganhos cambiais líquidos	218	230	
Receitas financeiras	7.997	4.747	
Comissão de fiança	(15)	(692)	
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	
Despesas financeiras	(156)	(693)	
PIS sobre receitas financeiras	(53)	(31)	
COFINS sobre receitas financeiras	(323)	(194)	
Tributos sobre receitas financeiras	(376)	(225)	
Resultado financeiro, líquido	7.465	3.829	

8. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda	6.522	2.909
Alíquota nominal do imposto de renda - %	25%	25%
Imposto de renda pela alíquota nominal - (despesa)	(1.631)	(727)
Ajustes: Provisão para passivo a descoberto	(21)	(19)
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de Imposto de renda no resultado do exercício	(1.628)	(722)

9. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como remotos e possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não produzindo, portanto, correspondente provisão. A natureza das obrigações tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de tributos federais em decorrência da omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas, bem como multa de ofício isolada calculada sobre a base estimada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que teria deixado de ser recolhida. O valor estimado das causas classificadas como perda possível é de aproximadamente R\$ 1.899.267 (2020 - R\$ 1.873.870).

10. Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social integralizado está representado por 2.632.790 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Quantidade de ações	%
KSP Participações Ltda.	825.272 31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020 33,5%
Heineken International B.V.	374.282 14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366 10,3%
TILPAR - TIL Participações Ltda.	273.943 10,4%
Outros	7.907 0,3%
Total	2.632.790 100%

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 27 de abril de 2021, com exceção da acionista Heineken International B.V. (que se absteve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da íntegra dos dividendos originalmente propostos em 2020 (mínimo obrigatório e adicionais propostos), no valor de R\$ 2.078, passando o capital social da Companhia de R\$ 178.548 para R\$ 180.626, sem a emissão de novas ações. **(b) Reserva legal** - É constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Remuneração dos acionistas** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. De acordo com as disposições estatutárias, o dividendo mínimo obrigatório é de 6% do patrimônio líquido da Companhia, limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado no fim da lei societária, o qual deve ser submetido para deliberação e aprovação em Assembleia Geral. Sendo assim, os dividendos foram apurados da seguinte forma no exercício de 2021: Lucro líquido do exercício: 4.894
 Constituição de reserva legal - 5% (245)
 Lucro líquido ajustado: (649)
 Dividendos obrigatórios - 25% (1.162)
 Dividendos adicionais propostos (3.487)
 (4.649)

11. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes a instrumentos financeiros constantes das demonstrações financeiras se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado e encontra-se dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 38. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 189.548) e em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 183.701). **(a) Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é naturalmente mitigado em função da Companhia realizar operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de baixo risco. **(b) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. **(c) Risco de taxa de câmbio** - O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Diretoria: Francisco Miguel Alarcon - Presidente
 Paulo Weiser Neto - Diretor
 Luiz Otávio Pássas Gonçalves - Diretor

Contador Responsável:
 Sebastião de Souza Fontes Nunes - CRC IRJ035748/O-9 "S" SP

Viver Incorporadora e Construtora S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421
 Companhia Aberta

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Emissão
 Ficam convocados os titulares das Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da Viver Incorporadora e Construtora S.A. - Em Recuperação Judicial ("Emissora") para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") que será realizada, em primeira convocação, em 13/05/2022, às 10h, de modo parcialmente digital, presencialmente na sede do Agente Fiduciário na Avenida Cardoso de Melo, nº 1.184, C1, 81, Vila Olímpia, São Paulo/SP, e por meio de sistema eletrônico, à distância, conforme informações gerais abaixo indicadas, para deliberar sobre: (i) ratificação da venda dos imóveis objeto das Matrículas nº 1.876, nº 1.877 e nº 1.878 do Oficial de Registro, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Virinópolis/SP ("Imóvel"), conforme aprovado no Comitê de Debenturistas realizado em 18 de abril de 2022 ("Comitê de 18/04/2022"); (ii) ratificar a autorização para que o Agente Fiduciário possa, na qualidade de representante da comunidade dos Debenturistas, adotar e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações do Comitê de 18/04/2022, em especial assinar contratos, escrituras e documentos para concretizar e aperfeiçoar o compromisso e a venda do Imóvel; (iii) autorização para que o Agente Fiduciário possa: (a) praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (b) celebrar eventuais contratos, aditamentos, conforme o caso, e realizar todos os atos societários necessários à implementação das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (iv) outros assuntos de interesse da comunidade de Debenturistas. **Informações Gerais:** 1. Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os Debenturistas deverão encaminhar até o dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fiduciário, para o e-mail agente@liminedtv.com.br cópia dos seguintes documentos: (a) documento de identidade do representante legal ou procurador; (b) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais; (c) caso o Debenturista seja pessoa jurídica, documentos de representação, incluindo contrato social e/ou estatuto social e demais documentos de eleição dos diretores/administradores, devidamente atualizados, obedecidas as condições legais. 2. No dia de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão se apresentar no local acima indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail. 3. Alternativamente, o Agente Fiduciário disponibilizará sistema eletrônico para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas. 4. A participação e votação dos Debenturistas remotamente se dará por meio da plataforma digital Zoom Meeting ("Plataforma"), devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via Zoom Meeting, os Debenturistas interessados devem entrar em contato com o Agente Fiduciário no e-mail agente@liminedtv.com.br, para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital), indicados no item 1 das Informações Gerais deste Edital de Convocação, em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da Plataforma. O acesso via Plataforma estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). 4.1 Por questões operacionais, recomenda-se que os Debenturistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral de Debenturistas via Plataforma, enviem e-mail e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ressalvado que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas os Debenturistas que o fizerem em até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos. 5. A alternativa à participação via Plataforma é a participação presencial. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima. 6. Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma de acordo com as instruções do Agente Fiduciário serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas, e assinantes da ata e do livro de presença, que se fará através da plataforma do Clicksign. 7. Este Edital e demais informações complementares sobre as regras e procedimentos de participação via Plataforma, encontram-se disponíveis na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário (www.liminedtv.com.br), na sua página na rede mundial de computadores da Emissora (www.viverinc.com.br) e na página da rede Emissora na CVM (www.cvm.gov.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 19/04/2022. Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

BEEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A
 CNPJ - 27.836.175/0001-90 NIRE - 41300297045
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 16ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

BEEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Inajá, 390, Centro, Pinhaís, Paraná, CEP 83.324-050, convoca seus acionistas para a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27 de Abril de 2022, às 17:00 horas, sob a forma semipresencial, ou seja, na sede da Companhia ou por meio da plataforma Zoom, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em AGE: (1) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, a serem integralizadas mediante a conversão de aportes efetuados por acionistas em cumprimento a contratos celebrados com a Companhia, dispoendo acerca do preço de emissão e do prazo a ser facultado a acionistas da Companhia que pretendam subscrever e integralizar novas ações nas mesmas condições aprovadas; (2) Aprovar os boletins de subscrição decorrentes das novas ações a serem emitidas, fixando termos e condições; (3) Declarar o novo quadro de acionistas, após o aumento de capital social; (4) Aprovar a reforma do artigo 5º do

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2116-F5F5-A98E-7D83> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2116-F5F5-A98E-7D83



Hash do Documento

5879258E4182C26FBCB7D4626951D0E94B337D8E0FA6F9DA74E4DF2FCE3A8774

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





SIMPRES COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. | CNPJ/MF 07.432.517/0001-07 | NIRE 35.300.343.239

an HP Company

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		438.684	293.719
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.087	15.840
Contas a receber de clientes	4	290.489	177.449
Estoque	5	112.146	90.847
Ativos a receber com partes relacionadas	4	404	677
Impostos a recuperar	6	4.677	5.508
Outros créditos		4.887	3.396
Não circulante		498.854	387.517
Contas a receber de clientes	4	120.755	68.001
Impostos a recuperar	6	25.166	14.588
Imóvel	9	260.548	240.559
Intangível	10	15.397	12.633
Direito de Uso	11	31.589	22.722
Total do ativo		928.458	681.236

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
Nota	Reservas de capital		Lucros e prejuízos acumulados
	Agio na subscrição de ações	Outras reservas	
Saldo em 31/12/2019	329.919	1.849	26
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	90.424
Saldo em 31/12/2020	329.919	1.849	90.424
Aumento de capital social	18	90.424	-
Absorção de prejuízo	15	-	-
Apuração do lucro líquido em reservas	18	-	3.608
Lucro líquido do exercício	-	-	2.201
Saldo em 31/12/2021	414.343	1.849	26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31/12/2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
 A Simpres Comércio, Locação e Serviços Ltda. ("Simpres" ou "Empresa") fornece soluções corporativas integradas de gerenciamento de documentos através da prestação de serviços, locação e venda de equipamentos. A linha de produtos inclui impressoras, copiadoras, equipamentos de rede e notebooks e celulares, além de acessórios e materiais de consumo para estes equipamentos. A Empresa está sediada em Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, onde também se encontra instalado um centro de distribuição. A Empresa possui filiais nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco, bem como uma rede de revendedores que fornecem serviços pós-venda em todo o território brasileiro. No dia 01/11/2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a aquisição de equipamentos de rede pela HP Brazil Holdings LLC ("HP"), cujo contrato foi assinado em 01/11/2017 passando o contrato para a Companhia para a HP de acordo com o contrato, a Empresa passou a ser uma subsidiária da HP e continua sua operação de forma independente, mantendo seus clientes, contratos, serviços, funcionários e parceiros de negócios. Nesta mesma data, a HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. ("HPi"), por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos vendida todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de impressão da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (SEDA), as obrigações relacionadas a esta transação foram quitadas em janeiro de 2020. Em 30/09/2019, a HPi por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da Simpres, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de B2C (Business to Consumer) - venda para consumidor. Em 01/11/2019, a Simpres por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPi, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de MFS (Managed Printing Services) - Serviços de Impressão Gerenciada. Em 11/02/2021, a Simpres por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPi, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de Devo (Device as a Service) - Serviços de locação de PC e Cellulares. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15/04/2021. Impactos do Covid-19: A rápida e repentina propagação da epidemia de coronavírus (Covid-19) afetou a maioria das atividades econômicas, além de causar impactos diretos em pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa esteve sujeita durante o exercício de 2020 e 2021 a Administração implantou planos de contingência para lidar com os efeitos do surto de Covid-19, se adequando rapidamente ao novo cenário e seguindo as recomendações governamentais para seguir com as atividades de forma segura. Em 2021, com a diminuição do surto suscitado, a Empresa voltou a realizar a atividade operacional aos padrões anteriores, inclusive no volume de produção dos clientes de MFS (Managed Printing Services). Em razão disso, a Administração entendeu que a provisão constituída em 2020 no valor de R\$ 5,628 não se realizou e, portanto, optou pelo seu desreconhecimento.

2. Resumo das principais políticas contábeis
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas na Brasil emitidas pelo Comitê de Apresentações Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios. As demonstrações financeiras e demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressmissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas ao longo desta nota explicativa. **2.1. Classificação de modo funcional:** *Modo funcional e modo de reconhecimento:* As demonstrações financeiras foram preparadas com base no modo funcional e modo de reconhecimento de ativos e passivos. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: **•** Espera-se que seja realizado, ou pretendo-se que seja realizado ou consumido de acordo com o ciclo operacional da entidade. **•** Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **•** Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço, e **•** É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante por menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: **•** Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. **•** Está mantido essencialmente para o propósito de ser negociado. **•** Deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço, e **•** A entidade não tem direito incondicional de direito a liquidação do passivo durante por menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção do contra parte, resultar sua liquidação por meio de emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais como passivos não circulantes. Os ativos e passivos classificados em modo funcional e modo de reconhecimento são os seguintes: **2.3. Divulgação de modo funcional de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que o controle dos bens e serviços é transferido para o cliente. A receita que reflete a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A receita é apresentada líquida dos descontos, abatimentos e impostos incidentes. A Empresa avalia a natureza de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, no final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita de acordo com o critério de controle. **2.4. Receita de vendas de equipamentos:** A receita de vendas de equipamentos é reconhecida quando o bem está disponível para entrega ao cliente e o controle do equipamento é transferido para o cliente (instalado) e a receita será reconhecida e contabilizada de forma linear de acordo com o prazo dos contratos de locação e são mensuradas pela quantidade de equipamentos locados e quantidade de cópias e impressões efetuadas segundo a competência mensal de locação. A receita de locação detém uma parcela variável, a qual está relacionada ao SLA (Service Level Agreement), um desconto dado ao cliente na futura do contrato em caso de não cumprimento de metas pré-acordadas em contrato entre as partes, a principal delas está relacionada ao tempo para atendimento e solução dos chamados em aberto. **2.5. Receita de aluguel:** A receita financeira é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. Os ganhos e perdas resultantes de investimentos em ativos intangíveis são reconhecidos na extensão de que os mesmos se tornam recuperáveis para a empresa. As receitas financeiras são reconhecidas pelo seu valor bruto, sendo que, eventuais encargos relacionados a reconhecidos diretamente na conta de despesas financeiras. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses no máximo, a conta de depósito de curto prazo e a conta de poupança de longo prazo. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que a Empresa não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 21). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com a provisão para perdas de contas a receber, aplica abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, em cada data-base, baseado-se na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.8. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido resultante de vendas não possíveis a determinação pelo custo de compra. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido resultante corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A provisão para obsolescência de estoques é avaliada com base em fatores técnicos, previstos de consumo e período de validade do item. A provisão pode variar de 25% a 100%, considerando a perda esperada obtida através dos aspectos avaliados. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, conforme demonstrado abaixo. Máquinas, aparelhos e equipamentos de impressão e informática em locação, 4. Móveis (Smartphones e tablets), 2. Outros imobilizados em uso próprio, 5-10. Veículos, 5. Um item de imobilizado é baseado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso, sendo que os ganhos e perdas resultantes da baixa do ativo são mensurados como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, se apropriado, no encerramento de cada exercício. **2.8. Intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por licenças de uso de softwares para uso próprio e para gerenciamento dos equipamentos locados e vendidos. Os ativos intangíveis são classificados em ativos intangíveis classificados pela Administração como intangíveis com vida útil definida e são amortizados ao longo de vida útil econômica. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente em cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, contendo, o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida indefinida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Demonsração operacional líquida		19	890.497
Custo das locações, serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(689.632)	(466.857)
Lucro bruto		208.865	138.137
Recursos e despesas operacionais: Despesas administrativas	20	(97.540)	(85.046)
Despesas comerciais	20	(44.676)	(40.123)
Outros receitas e despesas operacionais, líquidas	21	13.379	765
Lucros antes do resultado financeiro		72.019	13.733
Resultado financeiro, líquido	22	(850)	(28.850)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		71.169	(15.117)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	17	(7.758)	(4.201)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(19.386)	8.086
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		44.024	(9.451)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		31/12/2021	31/12/2020
Fluxo antes dos tributos sobre o lucro		71.168	(15.117)
Ajustes por: Depreciação e amortização		104.481	103.558
Basas do ativo imobilizado		154.301	294.455
Juros sobre empréstimos incorridos e não pagos		1.650	1.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.386	(8.086)
Reversão de provisão para demandas judiciais		(121)	(645)
Provisão para obsolescência de estoques		1.394	2.678
Provisão para obsolescência de estoques		15.150	5.352
367.409		380.375	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Empresa considera a valor financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Empresa receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados aos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Os principais passivos financeiros da Empresa, referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para investimentos de capital e pela própria operação da Empresa. **Reconhecimento subsequente: Passivos financeiros - ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais são avaliados ao custo mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desajuste do ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. **Amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída com despesa financeira na demonstração do resultado. 2.16. Pronunciamentos internos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais em 11/01/2021 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 42, CPC 43, CPC 48, CPC 49, CPC 50, CPC 51, CPC 52, CPC 53, CPC 54, CPC 55, CPC 56, CPC 57, CPC 58, CPC 59, CPC 60, CPC 61, CPC 62, CPC 63, CPC 64, CPC 65, CPC 66, CPC 67, CPC 68, CPC 69, CPC 70, CPC 71, CPC 72, CPC 73, CPC 74, CPC 75, CPC 76, CPC 77, CPC 78, CPC 79, CPC 80, CPC 81, CPC 82, CPC 83, CPC 84, CPC 85, CPC 86, CPC 87, CPC 88, CPC 89, CPC 90, CPC 91, CPC 92, CPC 93, CPC 94, CPC 95, CPC 96, CPC 97, CPC 98, CPC 99, CPC 100, CPC 101, CPC 102, CPC 103, CPC 104, CPC 105, CPC 106, CPC 107, CPC 108, CPC 109, CPC 110, CPC 111, CPC 112, CPC 113, CPC 114, CPC 115, CPC 116, CPC 117, CPC 118, CPC 119, CPC 120, CPC 121, CPC 122, CPC 123, CPC 124, CPC 125, CPC 126, CPC 127, CPC 128, CPC 129, CPC 130, CPC 131, CPC 132, CPC 133, CPC 134, CPC 135, CPC 136, CPC 137, CPC 138, CPC 139, CPC 140, CPC 141, CPC 142, CPC 143, CPC 144, CPC 145, CPC 146, CPC 147, CPC 148, CPC 149, CPC 150, CPC 151, CPC 152, CPC 153, CPC 154, CPC 155, CPC 156, CPC 157, CPC 158, CPC 159, CPC 160, CPC 161, CPC 162, CPC 163, CPC 164, CPC 165, CPC 166, CPC 167, CPC 168, CPC 169, CPC 170, CPC 171, CPC 172, CPC 173, CPC 174, CPC 175, CPC 176, CPC 177, CPC 178, CPC 179, CPC 180, CPC 181, CPC 182, CPC 183, CPC 184, CPC 185, CPC 186, CPC 187, CPC 188, CPC 189, CPC 190, CPC 191, CPC 192, CPC 193, CPC 194, CPC 195, CPC 196, CPC 197, CPC 198, CPC 199, CPC 200, CPC 201, CPC 202, CPC 203, CPC 204, CPC 205, CPC 206, CPC 207, CPC 208, CPC 209, CPC 210, CPC 211, CPC 212, CPC 213, CPC 214, CPC 215, CPC 216, CPC 217, CPC 218, CPC 219, CPC 220, CPC 221, CPC 222, CPC 223, CPC 224, CPC 225, CPC 226, CPC 227, CPC 228, CPC 229, CPC 230, CPC 231, CPC 232, CPC 233, CPC 234, CPC 235, CPC 236, CPC 237, CPC 238, CPC 239, CPC 240, CPC 241, CPC 242, CPC 243, CPC 244, CPC 245, CPC 246, CPC 247, CPC 248, CPC 249, CPC 250, CPC 251, CPC 252, CPC 253, CPC 254, CPC 255, CPC 256, CPC 257, CPC 258, CPC 259, CPC 260, CPC 261, CPC 262, CPC 263, CPC 264, CPC 265, CPC 266, CPC 267, CPC 268, CPC 269, CPC 270, CPC 271, CPC 272, CPC 273, CPC 274, CPC 275, CPC 276, CPC 277, CPC 278, CPC 279, CPC 280, CPC 281, CPC 282, CPC 283, CPC 284, CPC 285, CPC 286, CPC 287, CPC 288, CPC 289, CPC 290, CPC 291, CPC 292, CPC 293, CPC 294, CPC 295, CPC 296, CPC 297, CPC 298, CPC 299, CPC 300, CPC 301, CPC 302, CPC 303, CPC 304, CPC 305, CPC 306, CPC 307, CPC 308, CPC 309, CPC 310, CPC 311, CPC 312, CPC 313, CPC 314, CPC 315, CPC 316, CPC 317, CPC 318, CPC 319, CPC 320, CPC 321, CPC 322, CPC 323, CPC 324, CPC 325, CPC 326, CPC 327, CPC 328, CPC 329, CPC 330, CPC 331, CPC 332, CPC 333, CPC 334, CPC 335, CPC 336, CPC 337, CPC 338, CPC 339, CPC 340, CPC 341, CPC 342, CPC 343, CPC 344, CPC 345, CPC 346, CPC 347, CPC 348, CPC 349, CPC 350, CPC 351, CPC 352, CPC 353, CPC 354, CPC 355, CPC 356, CPC 357, CPC 358, CPC 359, CPC 360, CPC 361, CPC 362, CPC 363, CPC 364, CPC 365, CPC 366, CPC 367, CPC 368, CPC 369, CPC 370, CPC 371, CPC 372, CPC 373, CPC 374, CPC 375, CPC 376, CPC 377, CPC 378, CPC 379, CPC 380, CPC 381, CPC 382, CPC 383, CPC 384, CPC 385, CPC 386, CPC 387, CPC 388, CPC 389, CPC 390, CPC 391, CPC 392, CPC 393, CPC 394, CPC 395, CPC 396, CPC 397, CPC 398, CPC 399, CPC 400, CPC 401, CPC 402, CPC 403, CPC 404, CPC 405, CPC 406, CPC 407, CPC 408, CPC 409, CPC 410, CPC 411, CPC 412, CPC 413, CPC 414, CPC 415, CPC 416, CPC 417, CPC 418, CPC 419, CPC 420, CPC 421, CPC 422, CPC 423, CPC 424, CPC 425, CPC 426, CPC 427, CPC 428, CPC 429, CPC 430, CPC 431, CPC 432, CPC 433, CPC 434, CPC 435, CPC 436, CPC 437, CPC 438, CPC 439, CPC 440, CPC 441, CPC 442, CPC 443, CPC 444, CPC 445, CPC 446, CPC 447, CPC 448, CPC 449, CPC 450, CPC 451, CPC 452, CPC 453, CPC 454, CPC 455, CPC 456, CPC 457, CPC 458, CPC 459, CPC 460, CPC 461, CPC 462, CPC 463, CPC 464, CPC 465, CPC 466, CPC 467, CPC 468, CPC 469, CPC 470, CPC 471, CPC 472, CPC 473, CPC 474, CPC 475, CPC 476, CPC 477, CPC 478, CPC 479, CPC 480, CPC 481, CPC 482, CPC 483, CPC 484, CPC 485, CPC 486, CPC 487, CPC 488, CPC 489, CPC 490, CPC 491, CPC 492, CPC 493, CPC 494, CPC 495, CPC 496, CPC 497, CPC 498, CPC 499, CPC 500, CPC 501, CPC 502, CPC 503, CPC 504, CPC 505, CPC 506, CPC 507, CPC 508, CPC 509, CPC 510, CPC 511, CPC 512, CPC 513, CPC 514, CPC 515, CPC 516, CPC 517, CPC 518, CPC 519, CPC 520, CPC 521, CPC 522, CPC 523, CPC 524, CPC 525, CPC 526, CPC 527, CPC 528, CPC 529, CPC 530, CPC 531, CPC 532, CPC 533, CPC 534, CPC 535, CPC 536, CPC 537, CPC 538, CPC 539, CPC 540, CPC 541, CPC 542, CPC 543, CPC 544, CPC 545, CPC 546, CPC 547, CPC 548, CPC 549, CPC 550, CPC 551, CPC 552, CPC 553, CPC 554, CPC 555, CPC 556, CPC 557, CPC 558, CPC 559, CPC 560, CPC 561, CPC 562, CPC 563, CPC 564, CPC 565, CPC 566, CPC 567, CPC 568, CPC 569, CPC 570, CPC 571, CPC 572, CPC 573, CPC 574, CPC 575, CPC 576, CPC 577, CPC 578, CPC 579, CPC 580, CPC 581, CPC 582, CPC 583, CPC 584, CPC 585, CPC 586, CPC 587, CPC 588, CPC 589, CPC 590, CPC 591, CPC 592, CPC 593, CPC 594, CPC 595, CPC 596, CPC 597, CPC 598, CPC 599, CPC 600, CPC 601, CPC 602, CPC 603, CPC 604, CPC 605, CPC 606, CPC 607, CPC 608, CPC 609, CPC 610, CPC 611, CPC 612, CPC 613, CPC 614, CPC 615, CPC 616, CPC 617, CPC 618, CPC 619, CPC 620, CPC 621, CPC 622, CPC 623, CPC 624, CPC 625, CPC 626, CPC 627, CPC 628, CPC 629, CPC 630, CPC 631, CPC 632, CPC 633, CPC 634, CPC 635, CPC 636, CPC 637, CPC 638, CPC 639, CPC 640, CPC 641, CPC 642, CPC 643, CPC 644, CPC 645, CPC 646, CPC 647, CPC 648, CPC 649, CPC 650, CPC 651, CPC 652, CPC 653, CPC 654, CPC 655, CPC 656, CPC 657, CPC 658, CPC 659, CPC 660, CPC 661, CPC 662, CPC 663, CPC 664, CPC 665, CPC 666, CPC 667, CPC 668, CPC 669, CPC 670, CPC 671, CPC 672, CPC 673, CPC 674, CPC 675, CPC 676, CPC 677, CPC 678, CPC 679, CPC 680, CPC 681, CPC 682, CPC 683, CPC 684, CPC 685, CPC 686, CPC 687, CPC 688, CPC 689, CPC 690, CPC 691, CPC 692, CPC 693, CPC 694, CPC 695, CPC 696, CPC 697, CPC 698, CPC 699, CPC 700, CPC 701, CPC 702, CPC 703, CPC 704, CPC 705, CPC 706, CPC 707, CPC 708, CPC 709, CPC 710, CPC 711, CPC 712, CPC 713, CPC 714, CPC 715, CPC 716, CPC 717, CPC 718, CPC 719, CPC 720, CPC 721, CPC 722, CPC 723, CPC 724, CPC 725, CPC 726, CPC 727, CPC 728, CPC 729, CPC 730, CPC 731, CPC 732, CPC 733, CPC 734, CPC 735, CPC 736, CPC 737, CPC 738, CPC 739, CPC 740, CPC 741, CPC 742, CPC 743, CPC 744, CPC 745, CPC 746, CPC 747, CPC 748, CPC 749, CPC 750, CPC 751, CPC 752, CPC 753, CPC 754, CPC 755, CPC 756, CPC 757, CPC 758, CPC 759, CPC 760, CPC 761, CPC 762, CPC 763, CPC 764, CPC 765, CPC 766, CPC 767, CPC 768, CPC 769, CPC 770, CPC 771, CPC 772, CPC 773, CPC 774, CPC 775, CPC 776, CPC 777, CPC 778, CPC 779, CPC 780, CPC 781, CPC 782, CPC 783, CPC 784, CPC 785, CPC 786, CPC 787, CPC 788, CPC 789, CPC 790, CPC 791, CPC 792, CPC 793, CPC 794, CPC 795, CPC 796, CPC 797, CPC 798, CPC 799, CPC 800, CPC 801, CPC 802, CPC 803, CPC 804, CPC 805, CPC 806, CPC 807, CPC 808, CPC 809, CPC 810, CPC 811, CPC 812, CPC 813, CPC 814, CPC 815, CPC 816, CPC 817, CPC 818, CPC 819, CPC 820, CPC 821, CPC 822, CPC 823, CPC 824, CPC 825, CPC 826, CPC 827, CPC 828, CPC 829, CPC 830, CPC 831, CPC 832, CPC 833, CPC 834, CPC 835, CPC 836, CPC 837, CPC 838, CPC 839, CPC 840, CPC 841, CPC 842, CPC 843, CPC 844, CPC 845, CPC 846, CPC 847, CPC 848, CPC 849, CPC 850, CPC 851, CPC 852, CPC 853, CPC 854, CPC 855, CPC 856, CPC 857, CPC 858, CPC 859, CPC 860, CPC 861, CPC 862, CPC 863, CPC 864, CPC 865, CPC 866, CPC 867, CPC 868, CPC 869, CPC 870, CPC 871, CPC 872, CPC 873, CPC 874, CPC 875, CPC 876, CPC 877, CPC 878, CPC 879, CPC 880, CPC 881, CPC 882, CPC 883, CPC 884, CPC 885, CPC 886, CPC 887, CPC 888, CPC 889, CPC 890, CPC 891, CPC 892, CPC 893, CPC 894, CPC 895, CPC 896, CPC 897, CPC 898, CPC 899, CPC 900, CPC 901, CPC 902, CPC 903, CPC 904, CPC 905, CPC 906, CPC 907, CPC 908, CPC 909, CPC 910, CPC 911, CPC 912, CPC 913, CPC 914, CPC 915, CPC 916, CPC 917, CPC 918, CPC 919, CPC 920, CPC 921, CPC 922, CPC 923, CPC**

continuação...

	Do 10% a 33%	33%	33%	
Saldos em 31/01/2020	(2.128)	(416)	-	(2.544)
Despesa de Amortização no Período	(2.535)	(835)	-	(3.370)
Baixa por Alienação	878	-	-	878
Saldos em 31/12/2020	(3.785)	(1.251)	-	(5.036)
Despesa de amortização no Período	(606)	(959)	(4.337)	(5.502)
Baixas por alienação	546	-	1.537	2.083
Saldos em 31/12/2020	(3.845)	(2.250)	(2.800)	(8.895)
Saldos em 31/12/2021	9.060	1.287	12.380	22.727
Saldos em 31/12/2021	5.214	374	32.560	41.148

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento e a prestação no quadro abaixo:

	Inovêis	Equipamentos	Arrendamento	
Valor em 31/01/2020	14.442	1.637	43.570	58.649
Adições	729	342	4.961	6.032
Juros por novos Contratos	1.439	146	94.106	96.691
Contraprestação Pagas	(2.623)	(956)	(30.304)	(33.883)
Baixas fêrrimo contratos	-	-	(1.504)	(1.504)
Ajuste de taxa	(2.799)	105	2.418	(3.059)
Saldos em 31/12/2020	10.884	1.274	108.046	147.988
Adições por novos contratos (i)	119	87	177.882	198.168
Contraprestação pagas	(2.437)	(1.029)	(7.146)	(3.572)
Baixas fêrrimo contratos	-	-	(790)	(790)
Transferência para clientes	-	-	(149.642)	(149.642)
Ajuste de taxa	-	-	(4.595)	(4.595)
Saldos em 31/12/2021	9.801	414	218.447	319.662

(i) Novos contratos são reconhecimentos e avaliados ao valor presente das contraprestações futuras devidas. A empresa utiliza a taxa de desconto determinada pela sua controladora, que varia entre 0,51% e 0,95%, ao término de 2021, a Empresa realizou um teste de sensibilidade comparando a taxa de desconto utilizada e a taxa de captação no mercado (incorporada de todos os fatores de risco), não se identificou diferenças relevantes no saldo reconhecido. No quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliada com o saldo no RP em 31/12/2021.

Maturidade dos contratos	Ativos	Inovêis	Equipamentos	Arrendamento	Total
2022	414	2.268	102.912	8.170	113.764
2023	12	2.214	84.888	11.366	98.480
2024	-	2.998	42.129	10.374	54.601
2025	-	2.080	10.587	7.031	19.698
2026	-	2.080	-	2.080	2.080
2027	-	2.027	-	2.027	2.027
2028	-	1.505	-	1.505	1.505
2029	-	66	-	66	66
Saldos não descontados	426	14.338	240.518	36.941	292.221
Juros embutidos	(11)	(14.437)	(22.070)	(6.069)	(31.526)
Valor do passivo de arrendamento 31/12/2021	415	9.901	218.446	31.933	260.695
Arrendamento CP	(403)	(1.157)	(89.810)	(6.885)	(97.355)
Arrendamento LP	(12)	(8.744)	(128.536)	(26.048)	(163.340)

(i) O principal fornecedor nacional é a Electronics International tecnologia Ltda. com saldo em aberto no montante de R\$57.078 em 31/12/2021 (R\$35.558 em 2020). Sobre as contas a pagar a fornecedores nacionais não incidem juros e geralmente são liquidados em prazo não superior a seis meses.

13. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas

No quadro a seguir, apresentamos o saldo da dívida em 31/12/2021:

Modalidade	Crédor	Moeda	Contratação	Principal	Encargos financeiros	Vencimento	2021	2020
Capital de Giro	HP Brasil	R\$	27/01/2021	5.171	7.8858% a.a.	30/06/2022	5.347	-
Circulante							5.347	-
Não circulante							-	5.347

(i) A Empresa não espera liquidar o empréstimo contratado com a sua controladora na data do vencimento, sendo assim optou por reconhecer a obrigação em seu passivo não circulante. No quadro abaixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos no ano de 2021:

Movimentação	HPI Brazil Holdings LLC
Saldo em 31/12/2020	5.171
(+) Adições	1.676
(-) Juros	5.347
Saldo em 31/12/2021	5.347

14. Obrigações sociais e previdenciárias

	2021	2020
Provisão para participação no resultado	15.839	16.309
Provisão de férias e encargos sociais	14.661	13.983
Encargos sociais a receber	3.141	3.090
Outras	(4.161)	(4.606)
Total	37.802	37.786

15. Transações com partes relacionadas

Remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração: A Empresa considerou como "Pessoal-chave da Administração", os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente e financeiro, membros do conselho de administração e membros do conselho de administração fiscal. Além dos benefícios usualmente previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática a concessão de assistência médica, seguro de vida, participação nos lucros, o valor da remuneração e benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração foi de R\$3.995 em 31/12/2021 (R\$3.207 em 31/12/2020). **Saldos e transações:** O saldo do contrato a pagar com partes relacionadas em 31/12/2021, no montante de R\$43.299, refere-se a aquisições de máquinas copiadoras, impressoras e outras adquiridas da HP Printing S/A (Shanghai) Co. Ltd., HP Brasil HP Panamá Sales And Distribution Co. Ltd., HP Brasil HP Panamá Sales And Distribution Co. Ltd., registradas no estoque que serão despendidas para locação de venda. Os montantes adquiridos no decorrer do exercício compõem estoques e serão utilizados na operação sendo reconhecido no custo no

	2021	2020
Pessoal	15.839	16.309
Custo de mercadorias vendidas	(150.660)	(150.660)
Depreciação	(9.340)	(9.340)
Amortização de arrendamento	(1.113)	(1.113)
Serviço de manutenção de equipamentos	(28.450)	(28.450)
Custo com transportes	(19.208)	(19.208)
Serviços de terceiros	(54)	(54)
Comissões sobre vendas	(2.606)	(2.606)
Aluguel de máquinas, equipamentos e imóveis	(4.334)	(4.334)
Armazenagem	(3.794)	(3.794)
Viagens e locação	(5.381)	(5.381)
Custo de importação	(132)	(132)
Energia elétrica	(278)	(278)
Telefonia e telecomunicações	(1.241)	(1.241)
Provisão custo	(574)	(574)
Despesas com marketing, propaganda e publicidade	(1)	(1)
Outras receitas (despesas), líquidas	(416.295)	(97.549)
Total	(273.377)	(273.377)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Objetivo do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nosso objetivo ao auditar pela auditoria das demonstrações contábeis, é emitir uma opinião independente sobre a veracidade das demonstrações contábeis, bem como evidências de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidências de auditoria de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, intencional ou não intencional, incluindo em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria para avaliar se as demonstrações contábeis representam as demonstrações contábeis de maneira confiável e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Outros entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de assegurar a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2021.

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC:SP04519/0-4

Yanessa Martins Bernardi
Contadora - CRC:ISP244569/0-3

momento da venda ou do serviço prestado. Em dezembro de 2021 a Simpress cobrou a HPI Brazil Holdings LLC obrigações a pagar no montante de US\$ 2.500 (R\$ 13.800) devido a HP Panamá Sales and Distribution. Conforme previsto no F22 Brazil Funding Plan o valor cobrado foi contabilizado na conta da Empresa para aborção de prejuízos. Aquisição e venda de negócios. Conforme mencionado a venda mais detalhada na Nota 15, durante o exercício findo em 31/12/2020 a Simpress realizou a venda do negócio de B2C (Business to Consumer) para a HPI no montante de R\$3.960, que por sua vez vendeu a Simpress seu até então negócio de MPS (Managed Printing Services) pelo montante de R\$23.861. Na transação de compra do negócio de B2C a Simpress passou a ser arrendatária por meio de cessão dos contratos de arrendamento de equipamentos de impressão vigentes na data da transação. Os detalhes dos valores de arrendamento podem ser consultados no Anexo 10. Cessão de ativos. A Administração realizou a compra do negócio de Daas (Managed Printing Services) da HPI e recebeu, pela compra, o montante de R\$688. Na transação de compra do negócio de Daas a Simpress passou a ser arrendatária por meio de cessão dos contratos de arrendamento de PC e Notebooks vigentes na data da transação. Os detalhes dos valores de arrendamento podem ser verificados na Nota 10. Cessão de ativos e aborção de prejuízos. Em 08/12/2021, a HPI Brazil Holdings LLC assume saldo de dívida da Simpress com a HP Panamá no valor de US\$ 2.500 (R\$ 13.800). Como ato subsequente do mesmo dia, foi formalizado ato societário, em que a Simpress Comercial, Locação e Serviços Ltda. realizou a emissão de nota promissória em favor de sua quitista HPI Brazil Holdings, LLC, no mesmo montante. A Administração da Empresa, tendo como base as políticas internas quanto à manutenção de estrutura de capital adequada às suas operações, reconhece, no mesmo dia, a baixa da conta corrente de sócio quitista com redução de prejuízos acumulados (vide nota 17).

16. Outras contas a pagar

	2021	2020
Adiantamento de clientes	1.808	658
Outros provisões	11.143	4.204
Contas a pagar por aquisição de empresas (i)	23.985	23.985
Outras contas a pagar	97	156
Sinistros a pagar	458	154
Total	37.433	29.157

(i) A Administração tem expectativa de liquidar o valor em aberto com a HP até o final do exercício de 2022. Contas a pagar por aquisição de empresas: No dia 19/11/2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a transação de aquisição da Companhia pela HPI Brazil Holdings LLC ("HP"), cujo contrato foi assinado em 19/11/2021 passando o controle da Companhia para a HP de acordo com o contrato, a Companhia passa a ser uma subsidiária da HP e continua sua operação de forma independente, mantendo seus clientes, contratos, serviços, funcionários e parceiros de negócios. Nesta mesma data, a HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. ("HPIL") por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos vendeu todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de impressoras da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (SEDA) no montante de USD 4.618 (R\$15.102 em 2019 e R\$18.109 em 2018), as obrigações relacionadas a esta transação foram quitadas em janeiro de 2020. Em 30/09/2019, a HPI por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da Simpress, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de B2C (Business to Consumer) - venda para consumo pelo montante de R\$3.960 o pagamento foi realizado em novembro de 2019. Em 17/11/2019, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de MPS (Managed Printing Services) - Serviços de Impressão Gerenciada pelo montante de R\$23.984 além o previsto de pagamento é para o exercício de 2021, vide abertura do acervo líquido abaixo:

	2021	2020
Ativo	-	-
Estoque	24.992	389
Adiantamento 13º Salário	1.804	1.804
Custo diferido - Curto Prazo	984	984
Ativo imobilizado - Uso próprio	368	368
Ativo imobilizado - Locação	45.126	45.126
Ativo imobilizado - Direito de uso	73.663	73.663

Passivo
Arrendamentos 46.120
Encargos de folha de pagamento 3.278
Provisão para garantia 1.236
Total dos passivos 50.634
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo 23.029
Total a pagar 23.985
Ágio na operação 956
Em 19/02/2021, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de Daas (Device as a Service) - Serviços de locação de PC e Celulares, vide abertura do acervo líquido abaixo:

	2021	2020
Ativo	-	-
Estoque	24.992	389
Adiantamento 13º Salário	1.804	1.804
Custo diferido - Curto Prazo	984	984
Ativo imobilizado - Uso próprio	368	368
Ativo imobilizado - Locação	45.126	45.126
Ativo imobilizado - Direito de uso	73.663	73.663

17. Provisão para demandas judiciais

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais e administrativos em tribunais e entidades do governo, que surgem do curso normal de suas operações. Provisões são feitas quando a perda é considerada provável, resultando em uma provisão em 31/12/2021 de R\$1.140.200 - R\$1.261, sendo que uma parcela correspondente desses valores já se encontrava debitada judicialmente (2021 - R\$39 e 2020 - R\$179). A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31/12/2021.

	2021	2020
Provisões no início do exercício - 31/12/2020	1.568	640
Adições	28.671	282
Reversões	(382)	-
Pagamentos	(1.140)	(99)
Provisões no final do exercício - 31/12/2021	28.671	282

18. Patrimônio líquido
Capital social: O capital social da Empresa é de R\$414.343 (2020 - R\$323.919), equivalente à 414.343 quotas (2020 - 323.919 quotas). **Reservas legais:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Reserva de Incêndios Físicas:** A Empresa destina o valor de R\$ 3.608 para a reserva de incêndios físicos, relativa a recata de subvenção verificada a partir do benefício fiscal de ICMS que a Empresa é detentora no Estado do Espírito Santo.

19. Receitas

	2021	2020
Receita bruta de locação (i)	393.283	327.120
Impostos sobre as locações	(43.569)	(2.934)
Saldos conciliados	(8.275)	(6.576)
Receita líquida de locação	341.439	287.610
Receita bruta de venda de mercadorias	362.545	169.738
Impostos sobre as vendas de mercadorias	(58.156)	(13.087)
Deduções de vendas de mercadorias	(7.767)	(13.819)
Reservas de vendas de mercadorias	(1.671)	(789)
Receita líquida de vendas de mercadorias	294.951	142.845
Receita bruta serviços prestados	278.937	212.785
Impostos sobre serviços prestados	(26.111)	(13.688)
Receita líquida de prestação de serviços	252.826	199.097

(i) Receita líquida dos custos incorridos sob os componentes dos contratos de prestação de serviços que se enquadram conforme CPC 06 (por excesso de subarrendamento financeiro. Durante o exercício findo em 31/12/2021, o montante relativo à receita e custos dos contratos de subarrendamento foi de R\$77.730 (R\$33.108 em 2020).

20. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custos		
Comerciais	2.930	2.930
Operacionais	11.747.781,33	13.366.980,77
Financeiros	(150.660)	(150.660)
Outros	(9.340)	(9.340)
Total	11.572.711,33	12.626.909,47
Despesas		
Comerciais	(262.497)	(262.497)
Operacionais	(9.340)	(9.340)
Financeiros	(1.113)	(1.113)
Outros	(28.450)	(28.450)
Total	(300.400)	(301.400)

21. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	2021	2020
Receita de venda de ativo de locação	4.172	2.680
Recuperação de Crédito (Exclusão ICMS de base de cálculo de PIS e COFINS)	6.982	-
Despesas com royalties (CODE)	(1.456)	-
Receita de sinistro	1.292	-
Multa de extrato e perdas de equipamento	1.124	-
Reembolso de despesas contratuais (Escrow)	1.333	-
Outras receitas de aquisição	-	(1.865)</

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2D26-B407-4296-C9BD> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2D26-B407-4296-C9BD



Hash do Documento

0B17F4DC452DAA26C6215142172928273F08CC7E46D252DDF4CE70BDA94FCBDF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.65/10001-43



Relatório da Administração 2021

DESTAQUES

- As vendas comparáveis do Sistema Arcos Dourados tiveram um aumento de aproximadamente 22,4% no total do ano, mesmo considerando os efeitos da pandemia COVID-19 que impactaram negativamente os primeiros meses de 2021, onde tivemos a continuidade de fases de *lockdown* e quarentena em alguns municípios.
- Estas vendas foram alcançadas pelos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*, que tiveram crescimento expressivo sobre o ano anterior.
- A Plataforma Digital foi um forte impulsionador das vendas do ano, com forte crescimento nos pedidos por meio de aplicativos, no segmento de *Delivery* e marketing digital.
- Ampliamos o Programa McProtegidos em todos nossos restaurantes no país, fortalecendo nossos reconhecidos procedimentos de higiene e segurança alimentar para garantir a segurança dos nossos funcionários, clientes e alimentos.
- Além de cuidar das nossas pessoas mantivemos um plano de redução de custos, despesas e investimentos, bem como a iniciativa de gestão de caixa como proteção da viabilidade do negócio.
- Mesmo em virtude da necessidade de redução das saídas de caixa, a Companhia optou por retomar o processo de investimento em expansão e modernização de seus restaurantes partindo de R\$14,4 milhões em 2020 para R\$264,5 milhões em 2021, com o objetivo de manter sua expansão e consolidação de sua posição no mercado.
- Em 2021, tivemos um lucro líquido de R\$184,7 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R\$218,2 milhões em 2020.

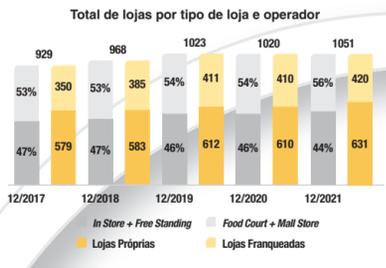
	2021	2020	Variação
Destaque Financeiros (em R\$ mil)			
Receita Operacional Líquida	4.970.154	4.016.237	953.917
Resultado Operacional	730.269	178.186	552.083
Lucro Líquido	184.673	(218.205)	402.878
Destaque Operacionais			
Total de Restaurantes Próprios	631	610	21
Restaurantes In Store + Free Standing	366	341	25
Restaurantes Food Court + Mail Store	265	269	(4)
Total de Restaurantes Franqueados	420	410	10
Restaurantes In Store + Free Standing	224	212	12
Restaurantes Food Court + Mail Store	196	198	(2)
Vendas comparáveis (mesmos restaurantes)	22,4%	-21,8%	44,2 pp

MESSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi mais um ano impactado pela pandemia, mas que terminamos mais fortalecidos. Continuamos focando em ações certas e fizemos ajustes necessários, sempre com o objetivo de proteger o negócio e, claro, as nossas pessoas, sejam clientes ou funcionários. Seguimos com as ações que inspiram confiança no consumidor, como o McProtegidos, programa de segurança e higiene, e as iniciativas socioambientais de nossa plataforma ESG, chamada Receita do Futuro. Entre elas está o McDia Feliz, que mesmo em um cenário ainda desafiador, teve, em 2021, crescimento de 13% na arrecadação em relação à edição anterior, arrecadando R\$22,5 milhões, que foram destinados às iniciativas conduzidas pelo Instituto Ronald McDonald, que promove a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes com câncer e suas famílias, e pelo Instituto Ayrton Senna, que contribui para ampliar oportunidades para os jovens por meio da educação. A estratégia focada nos 3Ds, na qual olhamos cada vez mais para a *Digital*, *Delivery* e *Drive-Thru*, continua sendo extremamente importante para o crescimento da Companhia e encontramos oportunidades de usar a tecnologia para nos aproximarmos mais ainda do consumidor. Além disso, continuamos

evoluindo nosso cardápio para atender as demandas e necessidades dos diversos públicos - esse ano, por exemplo, anunciamos a substituição de corantes e aromatizantes dos produtos do McLanche Feliz. Por fim, tivemos um crescimento sazonal das vendas nos últimos meses do ano passado, culminando em mais de R\$1 bilhão em vendas brutas em dezembro, recorde para a divisão no quarto trimestre. Sem dúvidas, terminamos 2021 mais preparados para os desafios que ainda vem pela frente e com resultados financeiros positivos.

VENDAS E REDE DE RESTAURANTES
Conforme reportado, em 2021 recuperamos nosso crescimento na receita em 23,8%, reduzindo o impacto da pandemia COVID-19 que nos afetou em 2020. As vendas comparáveis em todo o sistema cresceram 22,4%, com uma melhora ao longo do ano do segundo trimestre. Trimestralmente, tivemos vendas comparáveis de -9,7%, +65,9%, +36,1% e +18,3%, em ordem cronológica. Em 2021, retomamos nosso plano de expansão, mesmo com um início do ano desafiador de retomada. Desta forma, retomamos as aberturas, conforme demonstramos no cenário abaixo. Como podemos observar, investimos nossa energia em maior participação de lojas *Free Standing*, cujo retorno em venda líquida foi positivo ao longo do ano quando comparado com 2020. Em relação aos restaurantes *In Store* e os localizados em *shoppings* (denominados *Food Court* + *Mail Stores*), tivemos ao longo do primeiro trimestre uma queda na venda líquida, mas devido à recuperação acentuada ao longo dos demais meses do ano de 2021, apresentaram uma variação positiva de 40,7% nesta mesma linha de análise quando comparado às vendas de 2020.



Ampliamos significativamente as vendas por meios digitais em 2021, com a implementação de novas funcionalidades, como a capacidade de interagir com a marca pelo *WhatsApp* ("MequiZap"), e o "Mequi sem Fila", permitindo a compra e pagamento antecipados do pedido, para retirada em loja. O incremento de vendas através desses canais nos auxiliou a manter o nível durante os primeiros meses do ano de 2021.

CMV, CUSTOS COM VENDAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste ano, nosso CMV chegou a 35,5% das vendas, uma piora de 0,2pp quando comparado a 2020 impulsionado pelo forte aumento de preços de commodities, em especial das proteínas. Para compensar este efeito, aumentamos a eficiência em preços, ainda que com incremento abaixo da inflação, impulsionando a mudança do mix vendas e segmentação de preços de acordo com o perfil do consumidor. Através da plataforma de *affordability* impulsionamos a venda de produtos com maior rentabilidade e, portanto, maior margem.

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIOS FINIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				
BALANÇO PATRIMONIAL				
	Nota	2021	2020	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	359.753	259.153	
Contas a receber	5	286.026	306.639	
Estoques	6	46.741	42.346	
Partes a recuperar	7	272.517	89.880	
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	3.648	
Despesas antecipadas e outros		25.192	39.182	
Total do ativo circulante		990.229	739.488	
Não circulante				
Realizável a longo prazo		-	-	
Partes relacionadas	14	6.335	5.728	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	273.758	227.248	
Tributos a recuperar	7	62.261	64.770	
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	389.364	427.587	
Contas a receber	5	1.044	2.025	
Adiantamento a fornecedores	6	31.969	38.969	
Outros ativos		480	618	
Depósitos judiciais	17	245.158	234.105	
Total realizável a longo prazo		1.010.369	1.001.050	
Investimentos	10	716	540	
Ativo fixo		-	-	
Imobilizado	8	1.844.324	1.840.241	
Intangível	9	121.279	103.056	
Direito de uso	3	2.819.356	2.316.087	
Total de ativo fixo		4.784.959	4.259.384	
Total do ativo não circulante		5.796.044	5.260.974	
Total do ativo		6.786.273	6.000.822	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	376.752	406.360	1.121,5	-	794.327
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(218.205)	(218.205)
Integralização de capital	128.864	(128.864)	-	-	-
Redução de capital	(146.827)	37.397	-	-	(109.430)
Valor justo de Hedge de fluxo de caixa	-	-	23.405	-	23.405
Transferência para reserva de lucros	-	(218.205)	-	-	(218.205)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	358.789	96.688	34.620	-	490.097
Lucro líquido do exercício	-	-	-	184.673	184.673
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(8.713)	(8.713)
Valor justo de Hedge de fluxo de caixa	-	-	23.567	-	23.567
Ajustes acumulados de conversão	-	210	-	-	210
Transferência para reserva de lucros	-	(175.960)	-	-	(175.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	358.789	272.858	58.187	-	689.834
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária de Arcos Dorados Holding Inc., listada na *New York Stock Exchange* ("NYSE"), em 31 de dezembro de 2021 dispunha de 1.051 restaurantes no Brasil (1.020 em 2020).



Aquisição das operações do McDonald's na América Latina
A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dorados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima descritas. No momento da transação, foi assinado um Contrato de Franquias Master (*Master Franchise Agreement - MFA*) com a McDonald's Corporation que garante a ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de adotar e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado da McDonald's; • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato Master. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o MFA; ou (b) exercer uma opção de compra sobre as ações da ADBV, se a ADBV: (i) falhar na operação do sistema McDonald's; (ii) for decretada falência; (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras; (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento; ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no MFA.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, normalizadas na preparação do sistema McDonald's. (ii) ter decretada falência; (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras; (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento; ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no MFA.

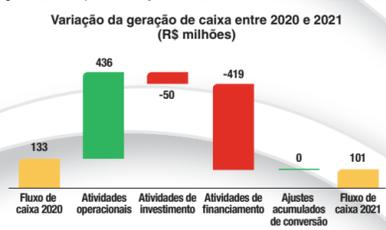
reuniões públicas, ordens e avisos de permanência em casa, toque de recolher e quarentena de pessoas que podem ter sido expostas ao vírus. Essas limitações interromperam significativamente as operações comerciais da Companhia com impacto negativo em seus resultados financeiros; as receitas foram afetadas negativamente pelo fechamento temporário de restaurantes no país, fazendo com que a Companhia reduzisse significativamente seus investimentos em todos os seus possíveis custos de pessoal e ambiente dentro da sua operação. Diante deste cenário, a McDonald's Corporation concordou em retirar os planos de abertura de restaurantes e reinvestimentos previamente aprovados para 2021, autorizou a redução nos requisitos de gastos com publicidade e promoção, além de oferecer o adiamento do pagamento de *royalties* por alguns meses. Durante 2021, após a implementação dos programas de redução e o aumento das taxas de vacinação no país, os governos afetaram as restrições e, com isso, foi possível operar substancialmente todos os restaurantes ao longo do ano. Como resultado da normalização das operações e retomada da liquidez, a Companhia reduziu as medidas de preservação de caixa e implementou um novo plano de abertura de restaurantes para 2021. Desde o início da pandemia, a Companhia se beneficiou de algumas medidas governamentais decretadas para ajudar as empresas a gerenciar os impactos econômicos da COVID-19. As medidas incluíam: modificação da regulamentação existente para reduzir jornadas de trabalho, redução e diferimentos de pagamento de impostos, subsídios relacionados a custos trabalhistas, entre outros. Todos os subsídios concedidos foram reconhecidos de forma sistemática ao longo dos períodos em que as respectivas despesas foram registradas, nas rubricas "Despesas com pessoal" ou "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado/prejuízo da Companhia. Todos os termos e condições exigidos pelos governos para manter os benefícios concedidos foram cumpridos. Embora a Companhia não possa prever a duração ou o alcance da pandemia COVID-19, como novas infecções ou surgimento de novas variantes no mundo, estamos monitorando de perto o cenário e determinamos que podem impactar negativamente seus negócios. A Companhia acredita na sua capacidade de obter as fontes de liquidez e recursos necessários neste ambiente econômico desafiador e acredita que sua atual disponibilidade de liquidez e capital, incluindo capital de giro, é adequada à boa condução de suas operações e às atuais necessidades do negócio, estando também adequada a satisfazer os requisitos atualmente previstos em termos de capital de giro, investimentos e outras necessidades corporativas para, pelo menos os próximos doze meses. **2.3. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações inciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) em conformidade com o presente documento não é relevante para a avaliação da Companhia. **2.5. Classificação dos ativos e passivos como circulares e não circulares:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulares. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulares. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulares". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não

Neste mesmo período, nossas despesas com vendas alcançaram 44,3% das vendas, uma redução de 6,3pp quando comparado aos valores de 2020 (50,6%). Este impacto decorre principalmente da retomada das vendas nas lojas que ficaram inoperantes durante a pandemia, fazendo com que a participação das despesas fixas dentro das despesas com vendas caminhassem para sua normalização. Com o avanço do *Delivery*, a Companhia amplia também as despesas com taxas dos operadores deste segmento ("*take-rates*"). Já nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$359 milhões, um aumento de R\$71,4 milhões, ou de 0,1pp, quando comparado a 2020. Este aumento foi resultado principalmente da retomada das operações da Companhia comparativamente ao ano de 2020, fortemente impactado pela pandemia.

ENDIVIDAMENTO
Influenciado pelas melhorias no cenário macroeconômico, o endividamento da Companhia apresentou melhoria no ano de 2021 em relação ao ano anterior, especialmente por não haver mais a necessidade de captação de caixa para a superação do momento inicial da pandemia. Desta forma, e considerando conjuntamente os endividamentos em instituições financeiras e *Intercompany*, o endividamento total foi de R\$1.726 milhões em 2021, frente aos R\$1.959 milhões em 2020, registrando uma redução de R\$233 milhões, ou 11,9%.

INVESTIMENTOS
Diante da retomada das operações, em virtude da redução dos impactos da pandemia, ao longo de 2021, a Companhia retomou seu plano de expansão (interrompido em 2020), finalizando o ano com 25 aberturas próprias e 13 franqueadas. Desta forma, nossos investimentos em novas aberturas saíram de R\$214,4 milhões em 2020 para R\$264,5 milhões em 2021. Quando comparado ao plano de aberturas informado nas demonstrações financeiras do ano passado (32 aberturas), superamos o planejado em 6 restaurantes, com grande foco na abertura de lojas no formato *Free-Standing*.

FLUXO DE CAIXA
No ano de 2021, tivemos uma geração líquida de caixa de R\$100,6 milhões comparado a uma geração líquida de R\$133,3 milhões em 2020. Apesar do aumento nos resultados operacionais, com uma redução no consumo de caixa de R\$436 milhões em 2021, esses resultados foram compensados, dentre outros, pelo incremento em R\$50 milhões nas atividades de caixa relacionadas a investimentos e uma redução de R\$115 milhões de empréstimos com partes relacionadas, comparado a captação de R\$497 milhões de este título em 2020. O gráfico abaixo explica as variações ocorridas no fluxo de caixa entre 2020 e 2021.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	2021	2020	
Receita operacional líquida	20	5.406.734	4.491.057	
Custo dos produtos vendidos	21	(1.766.003)	(1.417.722)	
Lucro bruto		3.640.731	3.073.335	
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas com vendas	21	(2.200.128)	(1.338.664)	
Gerais e administrativas	21	(358.989)	(995.051)	
Depreciação e amortização		(459.972)	(431.269)	
Outros resultados operacionais		108.662	(120.899)	
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	(9.300)	
Total		(2.910.482)	(2.895.153)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		730.269	178.182	
Resultado financeiro líquido	22	(462.112)	(443.172)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		268.157	(264.990)	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	(83.484)	46.785	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		184.673	(218.205)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
	2021	2020		
Lucro líquido do exercício	184.673	(218.196)		
Outros resultados abrangentes:				
Valor justo de Hedge de fluxo de caixa	(35.680)	(35.754)		
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	12.113	12.349		
Resultado abrangente do exercício	161.106	(241.601)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

circulantes. Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, líquidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2. Benefícios a empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicato dos trabalhadores das empresas de refeições coletivas, relação *fast food* e *atins* e é calculado com base em metas de resultado estabelecidas em referido acordo. **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada a eventual provisão é apresentada no resultado líquido do eventual reembolso.

2.8. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas: A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidencição dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) **Perda do valor recuperável do ativo:** A Companhia testa anualmente se os ativos sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 9 e o *rato* CPC 01 (R1)/NBC TGR 06 (R3) - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram aprovados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicadores de mercado. b) **Impostos sobre o renda:** Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças de interpretação da regulamentação fiscal pela Receita Federal e as alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores, as diferenças mensuradas da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia. São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do lucro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano de negócios aprovados pelos sócios e diretores. **2.9. Imposto de renda:** - Imposto de renda: A Administração fiscal pela renda, trata da interpretação de tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre Lucro. A Companhia avaliou cada tratamento tributário incerto separadamente, em conjunto com mais tratamentos tributários e não identificou impactos significativos em decorrência da interpretação uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **2.9. Demonstração do Fluxo de Caixa:** As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R3)/NBC TG 03 (R3) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos. Durante o exercício de 2021, a Companhia teve transações com fornecedores de Ativo Fixo que não apresentaram desembolso de caixa no montante de R\$14.015 e, portanto não foram considerados para fins de demonstração.

3. ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)
Política contábil: O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso" os seus contratos referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 6,18% a 16,05% considerando o prazo dos contratos. A Companhia reconheceu o ativo e passivos para os seus contratos de arrendamento referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos considerando o valor bruto de impostos. Conforme a revisão do CPC 06 (R2)

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.65/0001-43

—☆— continuação

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

Política contábil: As contas a receber correspondem aos recebíveis das vendas através das administradoras de cartões, convênios refeição, meios digitais e operadoras de *delivery*, bem como provenientes de franquias.

Composição	2021	2020
Proveniente de vendas com:		
Administradora com cartões de débito e crédito (i)	137.816	82.819
Administradora com convênios refeição (ii)	25.548	21.783
Meios digitais (iii)	8.682	6.258
Operadoras de <i>delivery</i> (iv)	9.598	10.230
	181.644	121.090
Proveniente de franquias (v):		
Royalties	26.105	66.496
Propaganda	16.244	10.665
Alugueiros	60.731	108.209
	103.080	185.370
Outras contas a receber (vi)	3.804	3.029
	3.805	3.029
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.458)	(825)
Ativo circulante	287.070	308.664
Ativo não circulante	286.206	306.639
	1.044	2.025

(i) Administradora de cartões de débito e crédito: as vendas no Brasil realizadas com cartões de débito são recebidas nas contas bancárias no próximo dia útil e as vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas no prazo médio de 30 dias. (ii) Administradora de convênios refeição: as vendas por convênios são recebíveis das empresas administradora de convênios. O prazo médio de recebimento é de 20 dias (20 dias em 2020). (iii) Meios digitais: vendas realizadas através do Mercado Pago, recebidos através de carteira digital (*on-line*) e a crédito em 30 dias; e Sem Par, recebido em 30 dias. (iv) Operadoras de *delivery*: as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *delivery* são recebidas da seguinte forma: Em 2021: Ifood e Uber Eats o recebimento é semanal; e Rappi o recebimento é quinzenal. A partir de 2021: Ifood o recebimento é semanal, APP próprio obedece a escola do cliente (débito/crédito/refeição ou PIX) e segue os prazos acima citados. (v) Franqueados: as receitas de *royalties*, propaganda e alugueiros são recebidas dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 20 dias no Brasil. (vi) Outras contas a receber: as outras contas a receber referem-se à sublocação de parte de terreno não utilizado pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias e à devolução líquida de mercadorias. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	2021	2020
No início do exercício	(825)	(63)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.443)	(3.501)
Reversão por recebimento	2.810	2.753
No final do exercício	(1.458)	(825)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
2021	287.070	278.265	2.748	885	885	557
2020	308.664	300.289	3.039	604	253	4.479

(i) Inclui vendas a receber de franqueados referentes a *royalties*, propagandas e alugueiros, sobre os quais é constituída provisão após 30 dias do título vencido. Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada (i)	2021	2020
Gran Rio Comércio de Alimentos LTDA.	446	599
America MMD Comércio de Alimentos LTDA.	571	841
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos LTDA.	554	809
Aliança Comércio de Alimentos LTDA.	464	649
Total dívida negociada	2.035	2.898
Circulante	991	873
Não circulante	1.044	2.025

(ii) Títulos vencidos a mais de 90 dias negociados para pagamento parcelado.

6. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Composição	2021	2020
Alimentos	33.656	28.391
Embalagens	8.555	7.865
Briquequinhos	5.571	6.668
Provisão para obsolescência de briquequinhos	(1.041)	(578)
Adiantamento a fornecedores	31.969	39.585
	78.710	91.315
Curto prazo	46.741	42.346
Longo prazo	31.969	38.969
A movimentação da provisão para obsolescência de briquequinhos está demonstrada conforme a seguir:		
	2021	2020
No início do exercício	(578)	(365)
Constituição da provisão para obsolescência	(3.494)	(1.726)
Reversão	3.486	1.513
No final do exercício	(1.041)	(578)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	1.168	1.619
PIS e COFINS (i)	128.285	98.190
INSS a recuperar (ii)	25.992	25.443
Anistia a recuperar (iii)	4.857	8.718
Imposto de renda (iv)	118.921	11.079
Contribuição social (v)	44.977	2.939
ICMS antecipado a recuperar	2.946	3.230
Outros impostos a recuperar	3.532	2.432
Ativo circulante	334.778	153.650
Ativo não circulante (i)	272.517	88.880
(ii) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em 2017 foi declarada a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em 13/05/2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal em face da referida decisão (Tema nº 69). Com base neste julgamento, no qual ficou definido que o ICMS só está excluído da base de cálculo do PIS/COFINS se a decisão for proferida em Nota Fiscal. Desta forma, a Companhia reconheceu, com base na decisão suscitada em julgamento dos valores relativos ao referido critério referente aos anos de 2006 a 2021, no total de R\$95.711. (iii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - A Companhia possui liminar, desde março de 2011, que suporta o não recolhimento em folha de pagamento dos encargos (INSS) sobre as seguintes verbas trabalhistas: 1/3 de férias, 15 dias de licença médica e aviso prévio indenizado. Tal liminar está vinculada ao processo que iniciou em setembro de 2009. Em 2014, considerando a decisão favorável obtida e o fato de que a tese de não incidência da contribuição previdenciária sobre referidas verbas foi julgada favoravelmente aos contribuintes no STJ, de forma vinculante, conforme Resp nº 1.230.957-RS e pelo STF nos RE nº 593.068 e ARE nº 745.901, a Companhia reconheceu crédito dos valores pagos indevidamente entre o período de outubro de 2004 a setembro de 2009 (período de 5 anos anteriores a entrada da ação). De acordo com a legislação atual, a Companhia somente poderá iniciar a compensação desses créditos após o trânsito em julgado de sua própria ação. Por não haver previsão de quando ocorrerá esse trânsito em julgado por parte do Poder Judiciário, referidos créditos estão classificados como ativo não circulante. Em agosto de 2020 o STF declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas. Atualmente, o tema ainda pendente de análise pelo STF por meio dos Embargos de Declaração em que se pede a modulação dos efeitos da decisão. Considerando a insegurança jurídica revelada em virtude da decisão do STJ que, declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas, a Companhia decidiu pela realização da provisão contábil do montante referente a esta verba (terço constitucional de férias gozadas) registrado como ativo. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. Para registrar os débitos tributários no Sistema da Receita Federal era exigida a inclusão dos débitos integrais, sendo desconsiderados os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões que julgaram parcialmente procedente os pedidos de anistia. Tendo em vista esta questão operacional do sistema de adesão ao Programa de Parcelamento, a Companhia teve pedido de habilitação de uma parte do montante deferido perante a Receita Federal e deverá recuperar, o restante, conforme processos administrativos e/ou judiciais, na totalidade dos valores reconhecidos indevidamente pelo REFIS. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2024. (iv) IRPJ/CSLL sobre SE-LIC - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário a recuperar no valor de R\$30.926.171, em virtude da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à Taxa de Selic decorrentes de recuperação de impostos recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, nos termos da decisão do STF (Tema 962) e de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança impetrado em face da União Federal (processo nº 5004371-05/2021-4.03.6130).		

8. IMOBILIZADO

Política contábil
O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de depreciação anual
Edifícios	4%
Benefetórias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição

	Edifícios, benfeitorias e melhorias	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantado	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	161.462	1.713.324	1.455.812	12.041
Adições	80.074	86.637	23.803	190.514
Baixas	(32)	(7.918)	(10.430)	(214)
Transferências	3.083	(1.432)	91	1.742
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.430	1.788.563	1.530.587	35.721
Adições	108.670	117.139	15.220	241.029
Baixas	(11.964)	(2.892)	(1)	(14.857)
Transferências	(1)	315	—	314
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.430	1.885.268	1.645.149	50.940

Depreciação
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (745.759) (708.140) (1.453.899)
Depreciação no exercício (87.616) (142.516) (230.132)
Baixas 3.724 4.261 7.985
Transferências 21 (35) (14)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (829.630) (846.430) (1.676.060)
Depreciação no exercício (89.056) (139.778) (228.834)
Baixas 4.703 1.743 6.446
Transferências 1 (16) (15)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (913.982) (984.481) (1.898.463)

Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 161.430 958.933 684.157 35.721 1.840.241
Saldos em 31 de dezembro de 2021 161.430 971.286 660.668 50.940 1.844.324

(i) Referem-se a projetos de aberturas de novas lojas. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de lojas.

9. INTANGÍVEL

Política contábil: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, não são capitalizados, e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	% de amortização média anual
Licença de uso	4%
Direitos adquiridos de franquias	12%
Software	20%

O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*Impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável.

Composição	Direitos de Licença adquiridos	Agio Softwares	Total do ativo intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.664	22.210	45.275
Adições	88	—	10.894
Baixas	(77)	—	(106)
Transferências	—	—	(1.743)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.675	22.210	45.275
Adições	2.013	—	35.434
Baixas	(138)	—	(316)
Transferências	—	—	(314)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.550	22.210	45.275

Amortização
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (7.633) (16.424) (101.611) (125.668)
Amortização do exercício (1.415) (4.917) (13.825) (20.157)
Baixas 36 — — 109 145
Transferências — — — — 14 14
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (9.012) (21.341) (115.313) (145.666)
Amortização do exercício (1.667) (869) (16.124) (18.660)
Baixas 83 — — 106 189
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (10.596) (22.210) (131.316) (164.122)

(i) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada loja própria e sublicenciada. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do MFA (a expirar em 2027). **Agio:** O saldo remanescente do agio no montante de R\$45.275 refere-se aos agios formados pelas incorporações de restaurantes, os quais foram amortizados até 2008, com base nas projeções de rentabilidade que se determinaram. A partir de 2009, essa amortização ficou vedada. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos agios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 7,7% em 31 de dezembro de 2021 (11,4% em 31 de dezembro de 2020). O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil: A Companhia possui participação em Arcos Brapa S.A., que está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Com base nisso, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição e adicionado às variações após a aquisição da participação societária.

	2021	2020
Em 31 de dezembro		
Total do ativo	720	703
Total do passivo	4	4
Patrimônio líquido	716	700
Lucro (prejuízo) do exercício	(35)	(10)
Moeda funcional	19	0
Quantidade de ações	23.425.000	23.425.000
Capital votante	100%	100%
	2021	2020

Movimento - RS

Saldo inicial 540 550
Equivalência patrimonial (35) (10)
Baixa de investimento — —
Efeitos de hiperinflação — —
Outros 210 —
Saldo final 716 540

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição	Moeda	Vencimento	2021	2020
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	jun/24	4.165	5.777
Financiamento - Banco Itaú (ii)	Reais	ago/24	7.074	9.726
Financiamento - Banco Itaú (ii)	Reais	set/24	6.968	9.502
Financiamento - Banco Itaú (ii)	Reais	nov/24	4.918	6.505
Financiamento - Banco Itaú (ii)	Reais	dez/24	8.018	10.690
Financiamento Locador (i)	Reais	mar/22	7.907	5.473
Juros a pagar			897	321
			39.947	48.094
Passivo circulante			19.962	11.479
Passivo não circulante			19.985	36.615

(i) Os empréstimos e financiamentos estão indexados por taxas fixas (ao ano).
(ii) Empréstimo com Locador para construção de restaurante.

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante possuem o desembolso esperado por ano conforme demonstrado abaixo:

	2023	2024
	11.157	8.828
	19.962	19.985

Cláusula restritiva: A Companhia possui cláusula restritiva (*covenants*) no contrato de financiamento com o Banco Itaú, que possui vencimento em dezembro de 2024, que pode requerer o vencimento antecipado caso a Companhia não cumpra com a cláusula, sendo ela: a razão entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia deverá ser menor ou igual a 2,5 vezes (dois inteiros e 5 décimos de vezes), até a liquidação do contrato. No exercício de 2021 não houve violação dos *covenants* financeiros.

12. FORNECEDORES

Composição	2021	2020
Fornecedores exclusivos (i)	81.646	68.182
Fornecedores conveniados (ii)	55.199	44.504
Fornecedores diversos (iii)	286.095	284.716
	422.940	397.402

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, peles, serviços de propaganda e *marketing* e principais itens de manutenção. (ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, que receberam antecipadamente por intermédio de instituições financeiras. Avaliamos o valor financeiro em potencial embutido e não identificamos valores significativos para maior detalhamento. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição	2021	2020
Salários a pagar	37.539	46.497
Provisão para participação nos lucros	45.399	32.113
Provisão para férias	57.291	54.012
Provisão para encargos sociais sobre férias	20.892	19.343
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	19.592	24.977
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	6.238	6.730
	186.951	183.672

14. PARTES RELACIONADAS

Composição	2021	2020
Ativo não circulante		
Arcos Dourados Restaurantes de Chile Ltda. (i)	21	296
Arcos Gal Imobiliária (i)	2.429	2.242
Arcos Dorados Colombia Ltda. (i)	2.368	2.205
Outros (i)	1.517	985
	6.335	5.728

Passivo circulante
Juros sobre capital próprio, líquido

	52.220	52.220
	—	—

Passivo não circulante
LaTAM, LLC (i)

	10.934	11.779
Arcos Dorados B.V. (ii)	1.602.144	1.672.572
Arcos Dorados B.V. (iv)		

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

← continuação

Notas Explicativas

	2021	2020
Despesas com publicidade	(214.684)	(133.085)
Despesas gerais (água, telefonia, etc.)	(210.822)	(176.083)
Despesas com manutenção e reparos	(48.706)	(32.142)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	(44.177)	(39.511)
Despesas com taxas e licenças	(28.361)	(31.310)
Despesas com promoções	(33.691)	(28.114)
Despesas diversas com marketing	(4.666)	(2.088)
Despesas com agências de publicidade	(2.737)	(2.808)
Outros	(187.835)	(136.300)
Custo dos produtos vendidos	(4.325.120)	(3.751.437)
Despesas com vendas	(1.766.003)	(1.417.722)
Despesas gerais e administrativas	(2.200.128)	(1.338.664)
	(358.989)	(995.051)
	(4.325.120)	(3.751.437)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2) NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política contábil: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sob demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos. Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Composição

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.761	3.307
Outros	36.906	6.035
	44.667	9.342
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.299)	(130.034)
Juros sobre arrendamento	(293.323)	(247.242)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	(154.561)	(3.001)
Outros	(13)	-
	(501.196)	(380.277)
Variação monetária e cambial líquida	(462.112)	(443.172)

Contrapartes

	2021	2020
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding		
Royalties - McDonald's	88	491
Location fee - McDonald's	220.201	1.228.531
Empréstimos e financiamentos - Bancos	(88.993)	(496.828)
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	5.980*	5.651**
Taxas utilizadas	-	7.061

Contrapartes

	2021	2020
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding		
Royalties - McDonald's	13.315	69.194
Location fee - McDonald's	25.945	134.828
Empréstimos e financiamentos - Bancos	242.255	1.258.927
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(79.580)	(413.553)
Taxas utilizadas	-	5.196**

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração. **Risco de taxa de juros:** A Companhia também está exposta a variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos. Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 4,42% para o ano de 2021 e este definido como cenário provável; a partir desse, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros: Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação

	2021	2020	Risco	CDI expectativa Administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	332.871*	218.305	Queda do CDI	3,80%	2,85%	1,90%
				12,653	9,490	6,327

* Saldos em 31 de dezembro de 2021 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 86,00% do CDI. Análise de sensibilidade dos passivos financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores de dívidas, as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes. Os contratos de dívida pré-fixada são valorizados a taxa média de 9,85% ao ano e taxa referencial (TR) acumulada desde agosto de 2014, e a partir dessa calculadas as variações de 25% e 50%. Durante o ano de 2021, a atualização da taxa referencial (TR) foi de 0,548%. Os contratos de financiamento com locador são valorizados a taxa de 3,3% a 5,0% (CDI). Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira bruta" não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

Operação

	2021	2020	Risco	Exposição em reais*	Cenário provável	Cenário II (50%)	Cenário III
Empréstimos e financiamentos							
Financiamentos Itaú				9,85%+TR	32.040	3.171	3.171
Financiamento Locador				3,3% a 5,0% (CDI)	7.907	442	447

23. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalente de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representadas nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. **Contas a receber:** As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões, canais digitais e operadora de delivery. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. **Escalares:** A administração tem o objetivo de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 4 e 5. b) **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de liquidez de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) **Risco de mercado:** **Risco cambial:** O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição. A seguir, apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2021	Dólar expectativa Administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Dívida em dólares americanos	6.603	36.847	37.316	46.626
	4.384	24.466	24.776	30.957
	88	491	497	621
	220.201	1.228.531	1.244.442	1.554.925
	(88.993)	(496.828)	(502.934)	(628.414)
	5.980*	5.651**	7.061	8.481
	13.315	69.194	69.375	86.685
	25.945	134.828	135.191	168.910
	242.255	1.258.927	1.262.221	1.577.153
	(79.580)	(413.553)	(414.636)	(518.090)
	5.196**	5.2103**	6.5103	7.8203

Ativo/Passivo USD x PRE - Bank of America 50.000 194.252 170.881 (23.371)
 USD x PRE - Santander 50.000 157.516 143.141 (14.375)
 USD x PRE - JP Morgan 50.000 (2.595) 2.595 -
 USD x PRE - Citibank 50.000 476 - (476)
 USD x PRE - JP Morgan - 20 30.000 (15.413) (15.413) -
 USD x PRE - Itaú 50.000 (23.859) (23.859) -
 Totais 280.000 310.377 274.750 (35.627)
 Total ativo circulante 3.648
 Total não circulante 427.587
 Total passivo circulante (7.088)
 Total passivo não circulante (67.864)
 Os termos essenciais dos contratos de Swap foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que não tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados a valor justo	332.871	-	332.871	-
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	389.364	-	389.364	-
Passivos mensurados a valor justo	(31.645)	-	(31.645)	-
Capital social	(31.645)	-	(31.645)	-
Swap de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa - passivo não circulante	(82.969)	-	(82.969)	-

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2021		
Dívida em dólares americanos	6.603	36.847
Dólar expectativa Administração	37.316	46.626
Cenário I (25%)	46.626	56.003
Cenário II (50%)	56.003	66.382

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	4.384	24.466
Dólar expectativa Administração	24.776	30.957
Cenário I (25%)	30.957	37.182
Cenário II (50%)	37.182	46.626

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2021		
Dívida em dólares americanos	13.315	69.194
Dólar expectativa Administração	69.375	86.685
Cenário I (25%)	86.685	104.127
Cenário II (50%)	104.127	134.828

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	25.945	134.828
Dólar expectativa Administração	135.191	168.910
Cenário I (25%)	168.910	202.898
Cenário II (50%)	202.898	242.255

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	242.255	1.258.927
Dólar expectativa Administração	1.262.221	1.577.153
Cenário I (25%)	1.577.153	1.894.507
Cenário II (50%)	1.894.507	2.230.339

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	(79.580)	(413.553)
Dólar expectativa Administração	(414.636)	(518.090)
Cenário I (25%)	(518.090)	(622.339)
Cenário II (50%)	(622.339)	(782.033)

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	5.196**	5.2103**
Dólar expectativa Administração	6.5103**	7.8203
Cenário I (25%)	7.8203	9.8203
Cenário II (50%)	9.8203	12.8203

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	13.315	69.194
Dólar expectativa Administração	69.375	86.685
Cenário I (25%)	86.685	104.127
Cenário II (50%)	104.127	134.828

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	25.945	134.828
Dólar expectativa Administração	135.191	168.910
Cenário I (25%)	168.910	202.898
Cenário II (50%)	202.898	242.255

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	242.255	1.258.927
Dólar expectativa Administração	1.262.221	1.577.153
Cenário I (25%)	1.577.153	1.894.507
Cenário II (50%)	1.894.507	2.230.339

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	(79.580)	(413.553)
Dólar expectativa Administração	(414.636)	(518.090)
Cenário I (25%)	(518.090)	(622.339)
Cenário II (50%)	(622.339)	(782.033)

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	5.196**	5.2103**
Dólar expectativa Administração	6.5103**	7.8203
Cenário I (25%)	7.8203	9.8203
Cenário II (50%)	9.8203	12.8203

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	13.315	69.194
Dólar expectativa Administração	69.375	86.685
Cenário I (25%)	86.685	104.127
Cenário II (50%)	104.127	134.828

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	25.945	134.828
Dólar expectativa Administração	135.191	168.910
Cenário I (25%)	168.910	202.898
Cenário II (50%)	202.898	242.255

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	242.255	1.258.927
Dólar expectativa Administração	1.262.221	1.577.153
Cenário I (25%)	1.577.153	1.894.507
Cenário II (50%)	1.894.507	2.230.339

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	(79.580)	(413.553)
Dólar expectativa Administração	(414.636)	(518.090)
Cenário I (25%)	(518.090)	(622.339)
Cenário II (50%)	(622.339)	(782.033)

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	5.196**	5.2103**
Dólar expectativa Administração	6.5103**	7.8203
Cenário I (25%)	7.8203	9.8203
Cenário II (50%)	9.8203	12.8203

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos	13.315	69.194
Dólar expectativa Administração	69.375	86.685
Cenário I (25%)	86.685	104.127
Cenário II (50%)	104.127	134.828

	2021	2020
Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020		
Dívida em dólares americanos		

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/238F-6F6A-3B40-FE88> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 238F-6F6A-3B40-FE88



Hash do Documento

0AC4CE5F0EF7EFBCC2EDA25D567BAFBBA5B1238EB514ADFBF2822C69BBD0CB5E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



OPEN CO TECNOLOGIA S.A. (anteriormente denominada Geru Tecnologia e Serviços S.A.)

CNPJ nº 20.955.843/0001-59

Relatório da Administração

este relatório está respaldado em uma estratégia de crescimento acelerado, típico de startup, a fim de atingir o investimento gradativo e a aquisição de clientes, o qual coloco a Open Co nas principais mídias. Espera-se, assim, um crescimento da base de clientes e *payback* do investimento em um e cinco anos, vez que, assim, os serviços oriundos dos empréstimos gerados. Após esse período, espera-se a destinação de 25% do lucro líquido do exercício para pagamento de dividendo obrigatório, após a dedução de 5% para reserva legal, conforme previsto em seu Estatuto.

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas da Open Co Tecnologia S.A. relativas ao exercício financeiro de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Operacionalização: A Companhia tem por objeto a operação da plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende as atividades de correspondente bancário, nos termos da regulamentação aplicável, e a manutenção e o gerenciamento de informações cadastrais, a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas, a avaliação de risco, a geração de relatórios de fluxo de contratos financeiros e a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes. Desempenho: A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um prejuízo de R\$ 66.044 mil (R\$ 31.354 mil em 31 de dezembro de 2020) e 1 ativo totais de R\$ 43.435 mil (R\$ 16.094 mil em 31 de dezembro de 2020). Tal de-

ATIVO	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.812	1.876
Contas a receber	8	21.218	522
Outros ativos	9	21.218	522
Total ativo circulante		32.453	3.916
Aplicações financeiras	7	361	346
Direito de Uso - Arrendamento	10	714	1.142
Imobilizado	11	441	883
Intangível	12	469	987
Total ativo não circulante		10.982	12.178
Total ativo		43.435	16.094

PASSIVO	Nota	2021	2020
Fornecedores e outras contas a pagar	13	4.380	1.754
Impostos a pagar	11	11.843	410
Contingências	14	97	110
Impostos a receber	15	360	331
Passivo de arrendamento	10	396	362
Total passivo circulante		17.069	7.478
Passivo de arrendamento	10	305	731
Capital Social	16	221.000	135.882
Capital Social	16	221.000	135.882
Prejuízos acumulados	(194.940)	(127.977)	-
Reservas	-	-	-
Total do patrimônio líquido		26.600	7.885
Total passivo		43.435	16.094

Demonsrtações dos resultados para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Receita de serviços	17	29.048	22.255
Custos de serviços	18	(12.062)	(8.559)
Lucro Bruto		16.986	13.696
Despesas gerais e administrativas	19	(40.618)	(21.662)
Despesas com pessoal	20	(41.638)	(21.509)
Despesas de depreciação e amortização	10-11-12	(753)	(1.094)
Resultado antes das receitas		(66.023)	(31.000)
Despesas financeiras líquidas		21	504
Receitas financeiras	21	504	265
Despesas financeiras	21	(1.446)	(615)
Despesas financeiras líquidas		(941)	(350)
Resultado não operacional	5	6	36
Prejuízo do exercício		(66.964)	(31.354)
Quanto de ações	4.044	4.044	-
Prejuízo por ação	(16)	(8)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonsrtações dos resultados abrangentes para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(66.964)	(31.354)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(66.964)	(31.354)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonsrtações do patrimônio líquido para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020		137.824	(22.237)	(96.623)	18.964
Capital Social a Integralizar	-	-	20.275	-	20.275
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.354)	(31.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		137.824	(1.962)	(127.977)	7.885
Variação das mutações em 2021		20.275	(20.275)	(31.354)	(31.354)
Aumento de Capital	16	155.000	-	-	155.000
Capital Social a Integralizar	16	-	(71.824)	-	(71.824)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(66.964)	(66.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		292.824	(71.824)	(194.940)	26.060
Variação das mutações em 2021		155.000	(69.862)	(66.044)	19.094

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: A Open Co Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Geru Tecnologia e Serviços S.A.) é uma sociedade por ações constituída em 17 de julho de 2014, domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Holding Limited, com sua sede social na Rua Indústria Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital. A Companhia tem por objeto a operação da plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende: (i) a manutenção e o gerenciamento de informações cadastrais; (ii) a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas; (iii) a avaliação de risco; (iv) o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes; e (vi) o recebimento de depósitos e pagamentos de títulos por conta e ordem de terceiros. Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co Tecnologia e Serviços S.A. são adquiridos pela Ruge Securitizadora, e parte relacionada, por meio de emissão de debêntures, por meio da emissão de debêntures pela Ruge, e pelo Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios L constituído sob a forma de condomínio fechado, e que objetiva proporcionar rendimento a seus cotistas através da aquisição de direitos creditórios originados na plataforma. O plano da Companhia para reverter os resultados negativos baseia-se na estratégia de manterem altos níveis de investimentos em campanhas de marketing e aquisição de clientes, a fim de avançarem as originações do grupo. Essa estratégia implica em operar com prejuízos nos primeiros anos, até que o crescimento no volume paulatinamente supere os valores investidos, e passe a gerar lucro. Até que se atinja o equilíbrio, a Open Co possui o compromisso por parte dos investidores de manterem a Companhia capitalizada, do modo que, no exercício de 2020, foram subscritos R\$ 155.000 mil e integralizados R\$ 155 mil. Além disso, em 2021, a Open Co Tecnologia e Serviços S.A. recebeu aporte financeiro de R\$ 155 mil a sua demonstração social alterada de "Geru Tecnologia e Serviços S.A." para "Open Co Tecnologia e Serviços S.A.". O objetivo é que a Companhia, dentro do contexto do grupo, seja um dos principais participantes para extrair riqueza do mercado de crédito, o qual viverei um ciclo totalmente novo, auxiliado pela facilidade do brasileiro em adotar novas tecnologias e impulsionado pelo novo ambiente regulatório com o *open credit*. As marcas, contudo, seguem separadas, embora sob o controle comum da Open Co Holding Limited.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Companhia. A emissão das demonstrações financeiras e o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi autônomo e independente das demonstrações financeiras e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo a Companhia está apresentada nas Notas Explicativas nº 6.

3. Moeda funcional: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e o meio de prestação de serviços financeiros.

4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo no fim de cada exercício de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas pela entidade de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou o pago para transferir uma obrigação em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem em conta características em consideração na precificação do ativo ou passivo. O valor justo de um ativo ou passivo para fins de mensuração nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

6. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa: São ativos financeiros registrados no ativo justo por meio de caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias de caixa, contas de poupança e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **6.2. Reconhecimento de receitas:** As principais fontes de receitas estão sujeitas a seguir: **Serviços** de originação de empréstimos, equivalentes a 4 a 5% do valor principal concedido aos tomadores de empréstimos na plataforma digital da Open Co Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Geru Tecnologia e Serviços S.A.). **Prestação de serviços** de cobrança e renovação dos créditos representados pelas CDBs, executados pela Open Co Tecnologia, equivalentes a 1% (1) a 4 * emissão de debêntures** até o exercício de 2020 e 3% (3) em 2021 e 4 * emissão de debêntures, atual 8 * emissão, após suas classificações, a partir de setembro de 2020 e 5 * a emissão de debêntures (1) dos recebimentos totais (CDBs de rating A até E), 2,4% para as linhas POP (CDBs de rating A até H) e Correspondente Bancário, 2% sobre o montante de principal concedido. (*) Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co Tecnologia são adquiridos pela Ruge Securitizadora S.A., parte relacionada, com recursos captados por meio da emissão de debêntures, conforme descrito na nota 1. A receita de serviços é reconhecida quando os serviços descritos acima são concedidos ao cliente, ou seja, após a concessão do empréstimo (serviço de originação e correspondente bancário), ou após a gestão dos recebimentos feito em nome dos debenturistas (serviço de cobrança, sendo mensurada com base na contraprestação que a Companhia oferece receber por estes, devendo imediatamente no momento em que o cliente adquire os serviços descritos acima, estando assim em consonância com o CPC 47. Receita de contrato com cliente, o qual estabelece que "a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços". Assim, o reconhecimento da receita está em consonância com as seguintes diretrizes estabelecidas na norma: (i) Os contratos entre as partes identificam e formalizam as receitas oriundas das originações e serviços de avaliação, cobrança e renovação de créditos; (ii) O desempenho obedece a uma lógica binária, uma vez que as receitas são somente auferidas após as originações e efetuação dos serviços de cobrança; (iii) As contrapartidas são os recebimentos das CDBs contratadas através da plataforma da Companhia; (iii) O preço é fixado contratualmente, e reflete os percentuais descritos acima sobre as originações e avaliações de crédito e cobrança; (iv) Os percentuais são aplicados de acordo com as originações e recebimentos das CDBs, conforme descrito acima; (v) As receitas são reconhecidas na transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, ou seja, quando as originações e serviços de cobrança; **6.3. Reconhecimento de despesas:** As despesas são reconhecidas com base na competência dos passivos admitidos pela Companhia, reconhecidos quando esta passa a possuir uma obrigação que esteja sujeita a provável transferência de recursos econômicos ou financeiros para a liquidação desta obrigação e seu valor de liquidação ou realização possa ser mensurado em bases confiáveis, ou ainda quando ocorrerem os seguintes benefícios econômicos futuros dos ativos. São compostas basicamente por despesas de manutenção de folha, tecnologia, amortização de intangível, custos de marketing e investimento tributário social. **6.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e concederam a composição de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo líquido em moeda de terceiros, incluindo custos de aquisição, menos o efeito demonstrado em moeda de terceiros de depreciação e parâmetros de redução por redução de valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos deduzida dos seus valores residuais com base em sua vida útil, pelo método linear, conforme segue: Benefícios em imóveis de terceiros 25% ao ano Amortização de intangível 25% ao ano Máquinas e utensílios 10% ao ano A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes da sua continuidade de uso. A perda na venda de um ativo é determinada pelo custo líquido em moeda de terceiros menos o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecido no resultado. **6.6. Intangível: (i) Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(ii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições: **a)** A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja desenvolvido para uso futuro; **b)** A intenção de completar o ativo intangível para uso futuro; **c)** A capacidade de usar ou vender o ativo intangível; **d)** Como o ativo intangível irá gerar benefícios econômicos futuros; **e)** A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; **e)** A capacidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método de linha com base na vida útil estimada dos ativos, a uma taxa anual de 20%. A vida útil estimada é baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(iii) Ativos intangíveis gerados internamente:** O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno)

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2BCB-0486-0B16-C698> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2BCB-0486-0B16-C698



Hash do Documento

55118D132C66E66A563DE0E7B6EC00363EC425F0DA76A21039EA693CD89CA3C7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



DIMENSA S.A.
CNPJ nº 27.231.185/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)					
Ativo	2021		Passivo	2020	
	Notas	2021 (não auditado)		Notas	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	675.231	Obrigações sociais e trabalhistas	12	18.011
Contas a receber de clientes, líquidas	6	20.057	Fornecedores	1	1.548
Outros ativos	9	959	Obrigações fiscais	13	5.935
		696.247	Passivo de arrendamento	14	1.729
			Dividendos a pagar	16	9.180
			Outros passivos		3.236
Não circulante			Não circulante		
Garantias de investimentos		-	Passivo de arrendamento	14	8.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	166	Obrigações por aquisição de investimentos		-
Outros ativos	9	544	Outros passivos		1.116
		710			3.561
					39.639
Imobilizado	10	10.947			
Intangível	11	9.236	Total do passivo	51.444	34.951
		20.183	Patrimônio líquido		
			Capital social		56.139
			Reserva de capital		579.084
			Reserva de lucros		19.235
			Total patrimônio líquido		665.696
			Total do passivo e o patrimônio líquido	717.140	59.955
Total do ativo		717.140			59.955

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Em 01 de janeiro de 2020 (não auditado)	Notas	Reserva de lucros					Total
		Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Plano de outorga de ações		5.000	-	-	86	5.302	5.302
Dividendos aprovados em assembleia		-	529	-	-	529	529
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.231	25.231
Constituição de reservas		-	-	1.000	18.173	(19.173)	-
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		5.000	745	1.000	18.259	25.004	25.004
Aumento de capital	15.a	51.139	-	-	(18.259)	-	32.880
Plano de outorga de ações	15.b	-	(654)	-	-	-	(654)
Dividendos aprovados em assembleia	16	-	-	-	-	(9.180)	(9.180)
Reserva de capital	15.b	-	578.993	-	-	578.993	578.993
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.653	38.653
Constituição de reservas	16	-	-	1.933	27.540	(29.473)	-
Em 31 de dezembro de 2021		56.139	579.084	2.933	27.540	665.696	665.696

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. **Informações gerais** - A Dimensa S.A., nova denominação da TFS Soluções em Software S.A. ("Dimensa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Desembargador Euclides da Silveira, nº 232, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 01 de outubro de 2021, foi concluída a transação envolvendo a subscrição, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), de participação acionária minoritária representativa, de 37,5% do total de ações da Dimensa S.A., o qual a TOTVS S.A., passou a ter 62,5% de participação no capital social.

1.2. **Operações** - A Companhia tem por objetivo prover soluções de gestão para o setor financeiro e de caixa, através de amplo portfólio de soluções para o processamento e controle de mídias e back-office, plataforma de soluções de core banking voltada a pequenos e médios bancos, além de uma plataforma de processamento e gestão para operações de cartões *private label*. 1.3. **Impactos causados pela pandemia da COVID-19** - A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacamos: (i) manutenção do Comitê de Crise que continuou desenvolvendo diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (*home office*), bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos colaboradores que não se auto declaram como grupo de risco ao escritório em função de idade, com base em diretrizes oficiais de saúde; (iii) restrição para viagens nacionais e internacionais; e (iv) implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos colaboradores. Além disso, a Companhia assumiu o modelo de trabalho híbrido com a retomada dos colaboradores março de 2022. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações. **Análise de impactos nas demonstrações financeiras:** Diante do cenário atualizado de 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado), a Companhia revisou as principais estimativas contábeis que estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque: **I. Avaliação de provisão para perda esperada:** A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Companhia não observou nenhuma mudança significativa em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado). **II. Recuperabilidade dos tributos diferidos:** A recuperabilidade dos tributos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado) foi avaliada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pela COVID-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos.

2. **Base de preparação:** 2.1. **Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2022. 2.2. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica COPC07 na preparação de suas demonstrações financeiras. 2.3. **Resumo das principais práticas contábeis** - A seguir, apresentamos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Mensuração do valor justo** - A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo de acordo com o método de mensuração de ativos e passivos, o qual seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo; ou (iii) No mercado principal ou mais vantajoso para o ativo ou passivo. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa e relevante para a mensuração do valor justo no período de avaliação. Os níveis são (i) ajustados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia de valor justo no período de avaliação. Os níveis de hierarquia de valor justo ocorrem nas mudanças; **c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros** - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros com exceção das contas a receber de clientes e instrumentos de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados ao custo amortizado e os custos de transação são divulgados na Nota 6. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. O modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros é baseado no objetivo de manter ativos financeiros de custo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de custo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras e vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em amortizados e não amortizados. **Ativos financeiros ao custo amortizado** - Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado e os custos de transação são divulgados na Nota 6. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo para uma outra entidade, com uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, a Companhia avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade do ativo. Quando a Companhia não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida pela entidade que se obrigou a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para provisões significativas - Nota 3; e • Contas a receber de clientes - Nota 6. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não delatados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa contagem e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluído fluxos de caixa de venda de garantias detidas ou outros melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **(ii) Passivos financeiros** - Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Estes são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Estes são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Estes são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS forem atendidos. **Desreconhecimento** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **e) Arrendamentos** - A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por compensação de instrumentos financeiros. Os custos de reconhecimento dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil

forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Contas a receber de clientes, outras contas a receber, garantias de investimentos, contas a pagar a fornecedores e outros obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos financeiros sem negociação no mercado ativo é estimado por meio de uma técnica de avaliação, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada. Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. A Companhia utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado a taxa livre de risco para calcular o valor justo de empréstimos e financiamentos. Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das operações aplicadas aos múltiplos definidos em contrato. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial referentes às contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar ao custo amortizado, não diferem significativamente de seus valores justos. **4.2. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por contas a receber e a pagar, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos do encargo incorrido, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado). Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **Ativos financeiros** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 9,15% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2021	Risco	(Provável)	Cenário II	Cenário III
Condições financeiras consolidadas	675.204	15,15%	46.319	30.324	5.583
Receita financeira estimada	61.781	CDI	46.319	30.324	-

4.3. Gestão de riscos financeiros - Os principais riscos financeiros que a Companhia está exposta na condução de suas atividades são: **a) Risco de liquidez** - A liquidez do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia não observou até a presente data, e não espera, impactos significativos de liquidez e de fluxo de caixa decorrentes da pandemia da COVID-19, reforçando assim o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu programa de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (II)	Entre dois e cinco anos (III)
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	1.548	-	-
Passivo de arrendamento (I)	2.202	4.406	4.772
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)			
Fornecedores	470	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos (I)	1.116	-	-

(I) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial. Normalmente, a Companhia garante a tenha caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como por exemplo desastres naturais. A Companhia tem acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário.

b) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundos de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA. O valor alocado a cada instituição, exceto títulos públicos federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somadas aos dois aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira e fundos de investimentos. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento. Para as contas a receber de software a Companhia estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta estimativa são despesas financeiras e riscos individuais significativos. Adicionalmente, em virtude da pandemia da COVID-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas referentes à venda de serviços e licenças de software e não são esperados impactos relevantes, além dos refletidos na provisão para perda conforme Nota 6. **c) Risco de mercado** - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **d) Operações com derivativos** - A Companhia não possui operações com derivativos financeiros nos períodos apresentados. **4.4. Gestão de capital** - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições de rating e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos.

	2021	(não auditado)
Passivo de arrendamento (Nota 14)	9.973	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(675.231)	(24.526)
Dívida líquida	(665.258)	(24.526)
Patrimônio líquido	665.696	25.004
Patrimônio líquido e dívida líquida	438	478

5. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	2021	(não auditado)
Disponibilidades	27	96
Equivalentes de caixa	675.204	24.430
Fundo de investimento	675.204	24.430
Total	675.231	24.526

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em ações de primeira linha. A Companhia concentra seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 119% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,4% em 31 de dezembro de 2020 - não auditado). A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

	2021	(não auditado)
Itaú Wealth Master	37,06%	99,99%
Itaú Verso A	33,91%	0,00%
CP Diferenciado	23,53%	0,00%
Itaú RF CP Diferenciado IQ	5,50%	0,00%
Caixa e Contas a pagar / receber	0,00%	0,01%

6. Contas a receber de clientes, líquidas: A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	2021	(não auditado)
Mercado interno	21.082	23.242
Mercado externo	76	227
Contas a receber bruto	21.158	23.469
(-) Provisão para perda esperada	(1.101)	(833)
Contas a receber líquido	20.057	22.636

A movimentação da provisão para perdas esperadas das contas a receber é como segue:

	2021	(não auditado)
Saldo inicial	833	323
Complemento de provisão, líquido da recuperação de créditos	60	756
Baixa de provisão por perdas	208	(246)
Saldo final	1.101	833

6.1. Contas a receber de clientes por vencimento: A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	(não auditado)
A vencer	10.113	18.917
A faturar	9.378	3.350
Títulos vencidos de 1 a 30 dias	338	490
de 31 a 60 dias	387	101
de 61 a 90 dias	13	34
de 91 a 180 dias	57	252
de 181 a 360 dias	301	260
Acima de 360 dias	571	85
Contas a receber bruto	21.158	23.469
(-) Provisão para perda esperada	(1.101)	(833)
Contas a receber líquido	20.057	22.636

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída em quantidade. Em geral, a Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Tributos sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **7.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	(não auditado)
Lucro antes da tributação	53.113	32.348
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(18.058)	(10.998)
Lei nº 11.196/05 - Incentivo à P&D	3.363	3.757
PAT (programa de alimentação do trabalhador)	253	128
Outros	2	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(14.486)	(7.117)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.025)	(7.123)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(435)	6
Taxa efetiva	27,2%	22,0%

7.2. Composição do ativo fiscal diferido

	2021	(não auditado)
Benefício fiscal pela amortização de ágio	1.905	(1.348)
Receitas ou faturamentos antecipados	(1.224)	169
Provisão para perda esperada	374	283
Provisão para fornecedores	381	125
Provisão para remuneração baseado em ações	984	333
Participação nos lucros e resultados	1.000	-
Outras	556	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	166	602

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	2021	(não auditado)
Em 01 de janeiro	602	596
Despesa da demonstração de resultado	(435)	6
Outros	(1)	-
Em 31 de dezembro	166	602

8. Saldos e transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. **8.1. Créditos e obrigações com a Controladora** - O principal saldo de passivo, receitas e custos em 31 de dezembro de 2021 são assim demonstrados:

	2021	(não auditado)	
Empresa	Contas a pagar (i)	Receitas (ii)	Custos (iii)
TOTVS S.A.	1.743	3.798	4.345
Total	1.743	3.798	4.345

(i) Referem-se aos valores dos planos de remuneração baseado em ações. (ii) Referem-se aos valores dos subincentivos de softwares. (iii) Referem-se aos valores das atividades de back-office.

8.2. Remuneração dos administradores - As despesas com remuneração dos administradores e estatutários da Companhia são resumidas como segue:

	2021
Salários, honorários e encargos sociais	1.074
Total	1.074

9. Outros ativos: A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	(não auditado)
Despesas antecipadas	357	10
Adiantamento a funcionários	1.141	827
Outros	1.503	(81)
Total	1.503	420
Ativo circulante	959	420
Ativo não circulante	544	416

10. Imobilizado: O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Compu-tadores e equipamentos eletrônicos	Instalações, máquinas e equipamentos	Direito de uso (I)	Outros	Total do imobilizado
Custo					
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	74	10	-	84
Adição	-	113	-	-	113
Baixa	-	-	-	1	1
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	187	10	-	198
Adição	-	873	-	10.805	11.678
Adição por integralização (ii)	1.436	244	-	-	1.680
Baixas	-	(113)	-	-	(113)
Saldos em 31/12/2021	1.436	1.191	10	10.805	13.443
Depreciação					
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	(14)	(2)	-	(17)
Depreciação do exercício	-	(31)	(1)	-	(32)
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	(45)	(3)	-	(49)
Depreciação do exercício	(335)	(205)	(1)	(953)	(1.495)
Adição por integralização (ii)	(820)	(160)	-	-	(980)
Baixas	-	28	-	-	28
Saldos em 31/12/2021	(1.155)	(382)	(4)	(953)	(2) 2.496
Valor residual	281	809	6	9.852	(1) 10.947
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	142	7	-	149
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	6,7% a 25%	10% a 33%	20%

(i) A Companhia aplicou exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel no valor de R\$782 (R\$182 em 31 de dezembro de 2020 - não auditado). (ii) Integralização de ativos apartados em laudo de avaliação (Nota 15.a). Anualmente a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado), não houve nada que indicasse alguma mudança. A seguir apresentamos a composição do direito de uso e passivo por arrendamento:

	Direito de uso imóveis	Passivo de arrendamento
Saldo em 01/01/2021	-	10.805
Adição	-	10.805 (953)
Amortização	-	-
Juros e variação cambial	-	269
Pagamento de juros	-	(269)
Pagamentos de principal	-	(832)
Saldos em 31/12/2021	9.852	9.973

11. Intangíveis: Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Ativos de desenvolvimento	Ágio	Total do intangível
Custo			
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	8.378	8.378
Adição	1.712	1.712	3.424
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	1.712	8.378	10.090
Saldos em 31/12/2021	1.712	8.378	10.090

Amortização

Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	-	-
Amortização do exercício	(854)	-	(854)
Saldos em 31/12/2021	(854)	-	(854)

Valor residual

Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	858	8.378	9.236
Saldos em 31/12/2021	1.712	8.378	10.090

Taxa média de amortização anual 20% a 50%

O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado).

12. Obrigações sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	2021	(não auditado)
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	3.683	2.651
Férias a pagar	7.698	7.184
Participação nos resultados e bônus	3.180	2.579
IRRF a recolher	2.096	1.919
Outros	175	171
Total	16.832	14.504

Obrigações sociais

FGTS a pagar	587	513
INSS a pagar	592	626
Total	1.179	1.139

13. Obrigações fiscais: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

	2021	(não auditado)
CPRF a recolher	1.380	1.306
ISS a recolher	449	680
PIS e COFINS a recolher	1.023	792
IRPJ e CSLL a recolher	2.895	3.672
IR e CSLL retido fonte	43	18
Outros	445	(58)
Total	5.935	6.410

14. Passivo de arrendamento: As operações de arrendamentos podem ser assim resumidas:

	Encargos financeiros atuais	2021
Arrendamento mercantil	10,16% a.a.	9.973
Total		9.973
Passivo circulante		1.729
Passivo não circulante		8.244

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

2023	1.821
2024	1.917
2025	2.018
2026 em diante	2.488
Passivo	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7B21-3B75-2FDE-4D02> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7B21-3B75-2FDE-4D02



Hash do Documento

04DE70C25B6AECE4B02EB48041E8B2C891656684DB4F317A765CAB183786332E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/268C-4D28-5501-DA08> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 268C-4D28-5501-DA08



Hash do Documento

B4EB5374A1B7F8590CFC934E141C33C9AF0BF62354BDA8D53A2C91531305CE47

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 20/04/2022 08:39 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

